

Vila Verde, amiga das
crianças, com muito
amor no
coração,
Alicerçada
mas
Do
esperanças
projeto
Tecer a Prevenção.

The text is embroidered in various colors (red, yellow, green, blue, pink) on a white fabric. It is surrounded by a decorative border consisting of a red scalloped edge and an orange zigzag line. The text is interspersed with several embroidered motifs: a branch with orange and yellow flowers, a pink flower with a blue center, a red flower, and a geometric pattern of colored circles.

Tecer a Prevenção em Vila Verde

Plano Estratégico Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança

Ficha Técnica

Tecer a Prevenção em Vila Verde

Plano Estratégico Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança¹

Nº DL: 401568/15

Atribuído e criado em: 2015/11/17

Autoria: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde

Equipa da Redação: Manuel J. Sarmento; Judite Pregueiro; Janine Ferreira e Rosália Peixoto

Tipo: Monografia

Editor: Município de Vila Verde

Local de Publicação: Vila Verde

Data prevista da publicação: novembro de 2015

Nº de Edição: 1ª Edição

Tiragem: 100

Capa: Conceção gráfica por Jacinta Macedo (Câmara Municipal de Vila Verde)

Logotipo: Visit.pt

Finalização: Gráfica Vilaverdense Artes Gráficas, LDA

Participantes - CPCJVV: Judite Pregueiro (Representante do Município e Presidente da CPCJVV); Carla Veloso (membro cooptado e Secretária da CPCJVV); Alexandrina Cerqueira (Técnica da CPCJ); Ana Cristina Oliveira e Beatriz Santos (Representantes do Ministério da Educação e Ciência); Capitão Adelino Silva e Tenente Mário Abreu (Representantes das Força Policiais); Janine Ferreira, Rosália Peixoto e Sandra Monteiro - EPATV (Elementos Cooptados); Dulce Filipe (Representante da Associação de Pais); Lúcia Martins, Ana Maria Melo e Maria Amélia Lopes (Pessoas designadas pela Assembleia Municipal); Marília Costa (Representante do Ministério da Saúde); Nazaré Loureiro (Representante do Instituto da Segurança Social); Raúl Maia (Representante das IPSS);

Outros participantes:

- crianças e jovens: dois elementos por turma, do 1º ao 12º ano de escolaridade, dos agrupamentos de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva; Vila Verde; de Prado; e Escola Profissional Amar Terra Verde (EPATV).

- representantes de entidades convidadas que participaram:

ACANJA (Aldina Oliveira);

ACES Gerês/Cabreira (Raúl Borges);

ADOL (Alberto Nídio Silva);

Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva (Anabela Soares);

Agrupamento de Escolas de Vila Verde (Armando Abreu e António Rodrigues);

Agrupamento de Escolas de Prado (José Peixoto e Luís Martins);

Assistente Social do Centro de Saúde de Vila Verde (Carla Pereira);

ATAHCA (José Mota Alves e Maria da Conceição Fernandes);

Bullire – Associação Cultural (Paulina Lira e Eduarda Santos);

Casa do Povo da Ribeira do Neiva – CLDS 3G (Maria João Pereira, Renata Fernandes e Paulo Guimarães);

Casa do Povo da Ribeira do Neiva – Protocolo RSI (Sandra Faria);

Casa do Povo da Vila de Prado (Marlene Faria);

Centro Social e Paroquial de Cervães (Olímpia Lopes);

Centro Social e Paroquial da Lage (Sandra Solinho);

CLDS Viver+ (Susana Santos);

Comandante dos Bombeiros de Vila Verde (José Lomba);

EMAT de Vila Verde (Ana Luísa Labandeiro e José Sá);

Escola Secundária de Vila Verde (Aquilino Loureiro);

Estagiárias da Universidade do Minho - Psicologia (Mariana Guarino e Carla Silva);

GNR de Prado (Comandante Rui Rego);

GNR de Vila Verde (Comandante Rui Caseiro);

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude (Rolando Silva e Glória Teixeira);

Junta de Núcleo de Escuteiros de Vila Verde (José Silva);

Município de Vila Verde (Júlia Fernandes);

NIAVE /GNR Braga (Cabo Mendes);

NLI (Armada Maia);

Presidente do Concelho Geral de Agrupamento de Escolas de Vila Verde (Pedro Barbosa);

Rede Social do Município de Vila Verde (Dora Barros);

Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde (Isabel Antunes);

Secção de Programas Especiais do Destacamento Territorial de Braga (Cabo Lomba).

¹ Este documento estará disponível em www.cm-vilaverde.pt e futuramente no site da CPCJVV.

Agradecimentos

A CPCJ de Vila Verde agradece à Rede Social de Vila Verde, pelo fornecimento e partilha de dados; à empresa Visit.pt, pela conceção pro bono do logotipo; à Câmara Municipal de Vila Verde, pelo acolhimento, apoio logístico e edição/reprodução deste relatório; às crianças e jovens que participaram na Assembleia de Crianças e Jovens e professores que colaboraram para a sua realização.

Lista de Siglas

ACANJA – Associação de Centros de Apoio Nacional a Jovens e Adultos

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde

ADOL – Associação Domingos Oliveira Lopes

ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

BPI – Banco Português de Investimento

CEF – Cursos de Educação e Formação de Jovens

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CNPCJR – Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CNPDP CJ – Comissão Nacional para a Promoção dos direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPCJV V – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde

CRI – Centro de Respostas Integradas

DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

EMAT – Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais

EPATV – Escola Profissional Amar Terra Verde

ESVV – Escola Secundária de Vila Verde

GNR – Guarda Nacional Republicana

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MEC – Ministério da Educação e Ciência

NEE – Necessidade de Educação Especiais

NIAVE – Núcleo de investigação e Apoio a Vítimas Específicas

NLI – Núcleo Local de Inserção

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PJ – Polícia Judiciária

Projeto CLIC – Capacitar pessoas, Ligar parcerias, Intervir nas Necessidades, Criar Apoios

RNAJ – Registo Nacional de Associativismo Jovem

RSI – Rendimento Social de Inserção

TFMB – Tribunal de Família e Menores de Braga

UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade

USB – Unidade de Saúde de Bonecas

VV – Vila Verde

Sumário Executivo

O relatório que se apresenta engloba o diagnóstico do funcionamento da comissão de proteção de crianças e jovens de Vila Verde, na sua modalidade alargada, o relatório social sobre as crianças e jovens do concelho e o plano estratégico para a proteção e promoção dos direitos da criança. Traduz o *Projeto Tecer a Prevenção em Vila Verde*, o qual corresponde à ação específica realizada no concelho da iniciativa “*Tecer a Prevenção*” promovida pela Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ).

Os objetivos do projeto *Tecer a Prevenção em Vila Verde* foram os seguintes:

1. Reforçar o papel e as competências da CPCJ de Vila Verde no quadro da promoção de uma política integrada orientada para os direitos da criança e o bem-estar infantil no concelho de Vila Verde;
2. Consolidar o papel da CPCJ no tecido social do município em ordem ao desenvolvimento de uma cultura dos direitos da criança;
3. Reforçar internamente competências e capacidades de diagnóstico e de intervenção da CPCJ, aperfeiçoar o trabalho interinstitucional e multidisciplinar e reforçar os vínculos da CPCJ com a realidade social e com todos os intervenientes locais;
4. Assegurar por inteiro o papel que cabe à CPCJ de Vila Verde no âmbito do sistema nacional de proteção do risco infantil e da promoção dos direitos da criança.

Simultaneamente, os princípios do projeto foram:

- Participação de todos (membros da comissão alargada, entidades e agentes intervenientes nos mundos da infância);
- Mobilização da voz de crianças e jovens;
- Perspetiva integrada da intervenção, com cruzamento de campos de intervenção, diálogo interdisciplinar e intervenção multi institucional.

Neste sentido, adotaram-se medidas e estratégias que passaram pela constituição de grupos de trabalho, atenção à imagem e comunicação, metodologias orientadas para o diagnóstico integrado, tais como a análise de conteúdo das atas da comissão alargada, a análise *swot* do trabalho da comissão e a realização de fóruns institucionais e com crianças para debate das conclusões e iniciativas.

A análise interna da CPCJV, na sua modalidade alargada, evidenciou a existência de um funcionamento regular, com promoção de iniciativas próprias e o envolvimento como parceiro muito ativo nas iniciativas municipais orientadas para a infância. Em contraponto, verifica-se uma desigualdade no envolvimento e participação dos diferentes membros da comissão, um insuficiente estudo e conhecimento das realidades sociais do concelho e a

ausência de uma política verdadeiramente integrada. No entanto, essa avaliação interna permite concluir que existem as condições objetivas (disponibilidade da comunidade e meios de ação) e subjetivas (motivação, empenho e qualidade técnica da comissão) para promover uma efetiva política integrada de proteção das crianças e promoção dos direitos da criança.

Relativamente à situação social das crianças e jovens de Vila Verde, os dados mais destacados evidenciam que:

- Verifica-se um envelhecimento progressivo da população, sendo que este fenómeno pode ser explicado não só pelo aumento do índice de longevidade, mas também pelo decréscimo dos valores associados à fecundidade e natalidade;

- Ao nível da educação, o número de estabelecimentos escolares responde às necessidades concelhias e as taxas brutas de escolaridade aproximam-se dos 100%; além da resposta do ensino regular, existe ensino vocacional, CEF, PIEF e ensino profissional; existe também cobertura para alunos com necessidades de educação especial;

- No censos de 2011, Vila Verde tinha taxas de abandono escolar e taxas de analfabetismo superiores, relativamente às taxas nacionais e do NUT Cávado. No entanto, esta diferença foi esbatida para ambos os indicadores face à diferença existente em 2001. A baixa escolaridade relativa da população é, no entanto, um indicador social importante;

- Toda a população com idades entre os 0 e 24 anos está inscrita em alguma unidade de saúde do concelho e tem acesso ao serviço nacional de saúde;

- A nível concelhio existem vários projetos que dão respostas a diversas temáticas relevantes da saúde infantojuvenil. No entanto, Vila Verde é o concelho rural com maior prevalência de crianças e jovens em risco de consumo de substâncias aditivas em acompanhamento pelo CRI de Braga;

- No que concerne à população ativa verificou-se um aumento efetivo entre os anos de 2001 e 2011. No entanto, existe um número significativo de pessoas inscritas no centro de emprego de Braga;

- O aumento de intensidade e risco de pobreza acompanhou os anos de crise económica e social;

- Existem indicadores de violência doméstica que estão dentro da média nacional, mas este concelho surge em primeiro lugar do seu NUT em situações que envolveram agressores cuja idade possa remeter para uma população mais jovem, nomeadamente ex-namorado/a e filho/a;

- No âmbito da proteção social, os serviços de ação social do município acompanharam no ano de 2014 um total de 176 famílias, sendo a maioria famílias nucleares;

dados referentes ao RSI até agosto de 2015 apontam para um total de 72 agregados familiares com processamento de RSI, sendo o maior número os agregados isolados seguindo-se o nuclear com filhos;

- Em relação à temática da proteção de crianças e jovens, tendo como referência o período entre 2010 e 2014, verificou-se que o fluxo processual não foi linear no que respeita ao número de novas sinalizações; analisando a prevalência das problemáticas das situações de perigo por escalão etário, no período entre 2011 e 2014, observou-se que:

1. Dos 0 aos 5 anos – violência doméstica e negligência
2. Dos 6 aos 10 anos – violência doméstica e negligência (proximamente seguidas de situações de maltrato)
3. Dos 11 aos 14 anos – violência doméstica, outras situações de perigo, negligência e maltrato psicológico
4. Dos 15 aos 17 anos – absentismo escolar, violência doméstica e abandono escolar, e
5. Dos 18 aos 21 anos – absentismo e abandono escolar

- No que se refere aos comportamentos culturais, verifica-se uma forte tradição associativa, com expressão na mobilização de crianças e jovens;

- O município está bem equipado e infraestruturado.

A análise interna e a análise social da situação das crianças e jovens de Vila Verde, construídas de forma participativa e integrada, permitiram fundamentar o plano estratégico de proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens que se organiza em torno dos seguintes seis eixos:

- 1- Articulação
- 2- Participação
- 3- Intervenção integrada
- 4- Prioridades e ênfases de intervenção
- 5- Formação e conhecimento
- 6- Questões organizacionais e financiamento

O eixo de **articulação** estrutura-se de acordo com a ideia de que as ações fazem sentido quando os parceiros que partilham objetivos e responsabilidades comuns. Havendo uma articulação prévia, diferentes entidades que comungam dos mesmos fins, podem propor e realizar atividades conjuntas, mobilizando recursos humanos e materiais de forma mais sensata e com maior probabilidade de sucesso. A articulação com a rede social, com as escolas e com os restantes parceiros sociais é estruturante das medidas deste eixo.

As crianças reconhecidas enquanto cidadãos são o cerne do eixo da **participação**. Promover reais oportunidades de elas participarem de formas diversas nos diferentes domínios das suas próprias vidas é um direito que se perspectiva na construção das políticas locais para a infância e juventude. A criação de um mecanismo regular de auscultação das crianças e o desenvolvimento de projetos direcionados para estas, bem como uma ampla informação sobre direitos da criança incluem-se entre as medidas prioritárias deste eixo.

A **intervenção integrada**, não isolada, não compartimentada constitui-se como um eixo com incidência não apenas nas metodologias, mas também na construção das medidas de proteção. Neste eixo, estabelecem-se medidas de integração, que passam por dispositivos de acompanhamento e interface com o município, as escolas e os restantes parceiros.

A identificação de **prioridades e ênfases de intervenção** toma por base o retrato da realidade local, definindo áreas ou matérias prioritárias para proteção das crianças e dos jovens em Vila Verde. É neste eixo especialmente importante a realização de ações para as famílias, as minorias étnicas e a população e/imigrante, considerando como especialmente relevantes as problemáticas da prevenção da violência doméstica e a intervenção pela inclusão social de todos e de todas.

O eixo de **formação e conhecimento**, potencia um trabalho já em curso de promoção de informação, de formação e de reflexão, potenciando recursos locais instalados e a proximidade com centros universitários de excelência. Neste domínio, perspectiva-se a possibilidade de criação de um observatório sobre infância e juventude, com dimensão supramunicipal.

O eixo das **questões organizacionais e financiamento**, orienta-se para a promoção de dinâmicas de trabalho, que melhorem práticas e potenciem a plenitude das possibilidades da ação da comissão alargada.

O plano estratégico desdobra-se em medidas devidamente operacionalizadas, sujeitas a avaliação e prestação de contas, que farão de Vila Verde um município verdadeiramente envolvido na promoção ativa dos direitos da criança.

Índice Geral

Introdução	5
Parte I - Análise Interna do Funcionamento da CPCJ de Vila Verde	7
Apresentação Metodológica	8
Resultados	9
Síntese	20
Parte II - Situação Social da Infância e Juventude em Vila Verde.....	22
Capítulo 1 - Relatório do Diagnóstico Social da Infância da Juventude	23
Diagnóstico Social.....	24
Caracterização do Concelho	25
População	26
Educação	34
Saúde	39
Social	43
Cultura	53
Indicadores da CPCJ de Vila Verde	57
Limitações	64
Capítulo 2 - Reunião da Comissão Alargada com Convidados	65
Capítulo 3 - Assembleia de Crianças e Jovens de Vila Verde	69
Capítulo 4 - Síntese.....	73
Parte III –Plano Estratégico Local para a Promoção e Proteção dos Direitos da Criança	78
Enquadramento do plano	79
Plano Local	80
ANEXOS.....	88

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa do Concelho, antes da reorganização administrativa das freguesias.....	25
Figura 2 - Participantes de etnia cigana no Projeto +Giro 5G	52

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Entidades presentes nas reuniões da comissão alargada.	9
Gráfico 2 – Distribuição de categorias abordadas nas reuniões da comissão alargada.	15
Gráfico 3 – Distribuição dos temas abordados na categoria Atividades de Iniciativa Própria. .	16
Gráfico 4 – Distribuição dos temas abordados na categoria Atividades Partilhadas.	16
Gráfico 5 – Distribuição dos temas da ordem de trabalhos (%).	17
Gráfico 6 – Estruturas de Saúde do Concelho de Vila Verde, 2015 (Nº).....	39
Gráfico 7 - Crianças e Jovens inscritos por grupo etário no ACES Gerês/Cabreira, concelho de Vila Verde 2014 (Nº).....	39
Gráfico 8 - Nº de Crianças com Necessidades de Saúde Especiais, por nível de ensino, 2014/2015.....	42
Gráfico 9 - Taxa de Risco de pobreza em Portugal, grupo etário 0-17 (%).....	45
Gráfico 10 - Taxa de intensidade de pobreza, Portugal (%).....	46
Gráfico 11 - Serviços e Respostas Sociais na área social, Vila Verde (Nº).....	47
Gráfico 12 - N.º famílias acompanhadas, 2014.....	48
Gráfico 13 - Crianças apoiadas pelos serviços de ação Social, 2014.....	48
Gráfico 14 - Nº de Crianças em Habitações Sociais, 2014.....	49
Gráfico 15 - Serviços e equipamentos sociais de apoio à infância e juventude (Nº).....	50
Gráfico 16 - Serviços e equipamentos sociais de apoio à deficiência, (Nº).....	51
Gráfico 17 – Serviços e equipamentos culturais, Vila Verde, (Nº).....	53
Gráfico 18 - Empréstimos de livros, por escalão etário e sexo (Nº), 2015 (Jan-Jul).....	53
Gráfico 19 - Empréstimos domiciliários de livros, por escalão etário e sexo (Nº), 2015.....	54
Gráfico 20 - Tipo de Associações, Vila Verde, 2014 (Nº).....	55
Gráfico 21 - Escuteiros por Secção, Núcleo de Vila Verde, 2014 (Nº).....	56
Gráfico 22 - Tipo de famílias dos processos de promoção e proteção.....	62

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Temas abordados nas reuniões da comissão alargada.....	11
Tabela 2 - Resultado da análise SWOT.....	18
Tabela 3 - Evolução da população residente.....	26
Tabela 4 - População residente, por grupo etário.....	26
Tabela 5 - Índice de Envelhecimento (%).....	27
Tabela 6 - índice de longevidade (%).....	27
Tabela 7 - Índice sintético de fecundidade (Nº).....	27
Tabela 8 - Taxa de Fecundidade Geral (‰).....	28
Tabela 9 - Taxa Bruta de Natalidade (‰).....	28
Tabela 10 - Taxa de Mortalidade Infantil (‰).....	28
Tabela 11 - Nados-vivos por local de residência da mãe (Nº).....	29
Tabela 12 - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (Nº).....	29
Tabela 13 - Índice de Dependência de Jovens (%).....	29

Tabela 14 - Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	30
Tabela 15 - Taxa bruta de divórcio (‰)	30
Tabela 16 - Taxa de Crescimento Efetivo (%)	30
Tabela 17 - Saldo Natural (Nº).....	31
Tabela 18 - Taxa de crescimento natural (%)	31
Tabela 19 - Taxa de crescimento migratório (%).....	32
Tabela 20 - Saldo migratório (Nº).....	32
Tabela 21 - População residente de nacionalidade estrangeira, 2011 (Nº).....	32
Tabela 22 - Pedido de Integração de alunos imigrantes nas escolas, por nível de ensino no ano letivo de 2014/15	33
Tabela 23 - Pedido de transferência de alunos para o estrangeiro, por nível de ensino no ano letivo de 2014/15	33
Tabela 24 - População residente segundo o grupo etário, nível de escolaridade e sexo, 2011 .	34
Tabela 25 - População no concelho com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, 2011 (Nº).....	34
Tabela 26 - Estabelecimentos Públicos e Privados de educação em Vila Verde, 2015, (Nº)	34
Tabela 27 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário	35
Tabela 28 - Nº de alunos por nível de ensino ministrado, 2014/2015	35
Tabela 29 - Nº de alunos com necessidades de educação especiais (NEE), 2014/2015.....	35
Tabela 30 - Crianças/jovens (até aos 18 anos, inclusive) por escalão de ação social escolar, ano letivo 2014/2015	36
Tabela 31 - Número total de crianças/Jovens abrangidas pela ação social escolar (até aos 18 anos, inclusive) por nível de ensino e escalão A e B, ano letivo 2014/2015.....	36
Tabela 32 - Taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário (%).....	36
Tabela 33 - Taxa de transição no ensino secundário (%)	37
Tabela 34 - Taxa de retenção e desistência no ensino regular (%)	37
Tabela 35 - Taxa de abandono escolar (%).....	38
Tabela 36 - Taxa de analfabetismo, por sexo (%).....	38
Tabela 37 - Projetos promovidos pelo município, 2014/2015	38
Tabela 38 - Número de Consultas por programa de Saúde, Centro de Saúde Vila Verde, 2014 (Nº)	40
Tabela 39 - Projetos promovidos pela Unidade de Cuidados na Comunidade de Vila Verde, 2015.....	41
Tabela 40 - Distribuição dos utentes em tratamento por concelho de residência e por tipo de inscrição (Nº).....	42
Tabela 41 - População ativa, por sexo (Nº)	43
Tabela 42 - Taxa de emprego, por grupo etário, 2011 (Nº)	43
Tabela 43 - Percentagem do Poder de Compra, 2011	44
Tabela 44- Taxa de desemprego por grupo etário, 2011.....	44
Tabela 45 - Nº de inscrições no Centro de Emprego de Braga	44
Tabela 46 - Nº de inscrições (média) no Centro de Emprego de Braga, por escalão etário, 2014	45
Tabela 47 - Situações de violência registadas, por agressor, 2014.....	46
Tabela 48 - Situações de violência doméstica registadas, por tipologia, 2014.....	46
Tabela 49 - Acompanhamentos do Serviço de Ação Social da Câmara, 2014	47

Tabela 50 - Nº de agregados familiares residentes no concelho de Vila Verde, com processamento de RSI em 2015 (Jan-Ago).....	49
Tabela 51 - Nº de agregados familiares residentes no concelho de Vila Verde, com processamento de RSI em 2015 (Jan-Ago), por tipo de família	50
Tabela 52 - Nº de beneficiários residentes no concelho de Vila Verde, com processamento de RSI em 2015 (Jan-Ago) menores de 18 anos.....	50
Tabela 53 - Associações Juvenis Registadas na RNAJ, Vila Verde, 2014	55
Tabela 54 - Evolução do fluxo processual na CPCJ de Vila Verde	57
Tabela 55 - Processos na CPCJ de Vila Verde por problemática, escalão etário, sexo e ano de sinalização	57
Tabela 56 - Entidades sinalizadoras de situações de perigo	60
Tabela 57 - Situação Económica das Famílias em Acompanhamento	61
Tabela 58 - Tipo de famílias dos processos de promoção e proteção	61
Tabela 59 - Fatores de Risco, Fatores de Proteção e Prioridades	63
Tabela 60 - Quadro Síntese	74
Tabela 61 - Descrição do Plano Local	81

Introdução

No âmbito da iniciativa designada “*Tecer a Prevenção*” da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), recentemente renomeada de Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde (CPCJVV), na sua modalidade alargada, decidiu desenvolver o seu próprio projeto, tendo em vista a promoção das capacidades e competências na promoção dos direitos da criança e na prevenção do risco.

O concelho de Vila Verde há muito que prossegue uma política ativa de diagnóstico e acompanhamento das suas crianças e a CPCJVV realiza a sua missão com uma preocupação contínua de análise da realidade social, de mobilização dos serviços públicos, das organizações sociais, dos agentes comunitários e dos profissionais que intervêm junto de crianças para garantir condições de bem-estar, inclusão social e promoção do desenvolvimento das suas crianças. O projeto “*Tecer a Prevenção*” desenvolveu-se numa linha que se pretendeu que fosse de continuidade relativamente a essa tradição de intervenção e que, ao mesmo tempo, contribuísse para o reforço das capacidades e competências da comissão alargada e, mais generalizadamente, das instituições que a integram.

Para o projeto *Tecer a Prevenção em Vila Verde* foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1. Reforçar o papel e as competências da CPCJ de Vila Verde no quadro da promoção de uma política integrada orientada para os direitos da criança e o bem-estar infantil no concelho de Vila Verde.
2. Consolidar o papel da CPCJ no tecido social do município em ordem ao desenvolvimento de uma cultura dos direitos da criança.
3. Reforçar internamente competências e capacidades de diagnóstico e de intervenção da CPCJ, aperfeiçoar o trabalho interinstitucional e multidisciplinar e reforçar os vínculos da CPCJ com a realidade social e com todos os intervenientes locais.
4. Assegurar por inteiro o papel que cabe à CPCJ de Vila Verde no âmbito do sistema nacional de proteção do risco infantil e da promoção dos direitos da criança.

Para a prossecução destes objetivos, o projeto assumiu uma metodologia que se pretendeu que fosse inovadora nos seus princípios e nos seus dispositivos.

Entre os princípios, destaca-se a prioridade absoluta dada à participação: pretendeu-se que todas as fases do projeto fossem amplamente participadas, com mobilização coletiva da posição de todas e de todos para o planeamento, execução e avaliação das ações. Nesse sentido, procurou-se não apenas que os membros que integram a comissão alargada fossem amplamente ouvidos, mas também todos os agentes e instituições comunitárias que intervêm no mundo da infância. Ao mesmo tempo, procurou-se garantir a mobilização da voz das crianças e dos jovens, com momentos próprios para a sua auscultação formal.

Um outro princípio fundamental colocado em prática consistiu na perspetiva integrada da intervenção, através do cruzamento de campos de intervenção, do diálogo interdisciplinar e da preocupação com o desenho de lógicas de intervenção multi institucional.

Nos dispositivos, para além da preocupação contínua com a avaliação interna do processo, foram constituídos grupos de trabalho, criada uma imagem institucional do projeto e promovidas formas de comunicação expeditas, bem como a adoção de metodologias expressamente orientadas para o diagnóstico integrado, tais como a análise de conteúdo das atas da comissão alargada, a análise *swot* do trabalho da comissão e a realização de fóruns institucionais e com crianças para debate das conclusões e iniciativas (duas reuniões de trabalho da comissão alargada com convidados institucionais sobre a realidade local e a Assembleia de Crianças e Jovens de Vila Verde, tendo esta última contado com a participação de duas crianças por cada turma, sendo a mobilização feita a partir dos agrupamentos de escolas).

O plano estratégico da CPCJVV resulta de todo este trabalho.

Neste Relatório apresentam-se os elementos resultantes dos vários elementos constitutivos do trabalho de diagnóstico e avaliação da situação da infância e do desempenho da CPCJVV. Na primeira parte, inclui-se a análise de conteúdo das atas das reuniões da comissão alargada e a análise *swot* da CPCJ. Na segunda parte, apresenta-se o relatório de diagnóstico social da situação dos direitos da criança no município de Vila Verde, complementado pelas conclusões da reunião da comissão alargada com convidados institucionais e da Assembleia de Crianças. O capítulo final, de síntese, enuncia as linhas estruturantes que contribuem para a formulação dos eixos do projeto estratégico da CPCJVV e que culminarão na aprovação e apresentação pública do **Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança**.

Parte I - Análise Interna do Funcionamento da CPCJ de Vila Verde

Apresentação Metodológica

Uma vez decidida a adesão à proposta da Comissão Nacional do projeto “Tecer a Prevenção”¹, o ponto de partida, a chamada fase I, foi a realização de uma análise do funcionamento interno da comissão alargada.

Os objetivos passavam por perceber de que modo atuava a Comissão na persecução da missão de promoção dos direitos das crianças e jovens e que áreas do seu funcionamento interno carecem de desenvolvimento e melhoria. Foram alvo de análise aspetos como a sua constituição, procedimentos, tipo de iniciativas, participação dos seus representantes, pontos fortes, frágeis, oportunidades e ameaças que possa enfrentar.

Para tal, foram realizadas várias reuniões e constituído um pequeno grupo de trabalho. Este ficou responsável por aplicar a metodologia de análise e para apresentar os resultados para discussão de grande grupo.

A metodologia utilizada para a elaboração do presente relatório de autodiagnóstico consistiu em realizar uma análise de conteúdo às atas das reuniões da comissão na modalidade alargada (entre os anos 2012 e 2014) e uma análise SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Na realização da análise SWOT, recorreu-se a uma metodologia participativa, isto é, em que todos os membros da comissão alargada contribuíram com as suas opiniões.

A análise de conteúdo é uma metodologia usada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos, culminando assim em descrições sistemáticas e atingindo um nível de interpretação que vai além da leitura comum. Foi o que se objetivou com a análise às atas das reuniões, compreender sobre que temáticas se debruçava a CPCJ. Para isso, tomou-se como base os pontos das ordens de trabalho para se chegar às categorias comuns em cada um deles (ver tabela 1).

Após a análise de conteúdo concluída e debatida, realizou-se durante uma reunião de trabalho a análise SWOT. Esta ferramenta é bastante útil para se fazer uma análise “ambiental” e pode ser aplicada em diversos contextos, avaliando os aspetos internos e externos da instituição. Assim, em grupo, puderam ser discutidas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes na modalidade alargada da CPCJ (ver tabela 2).

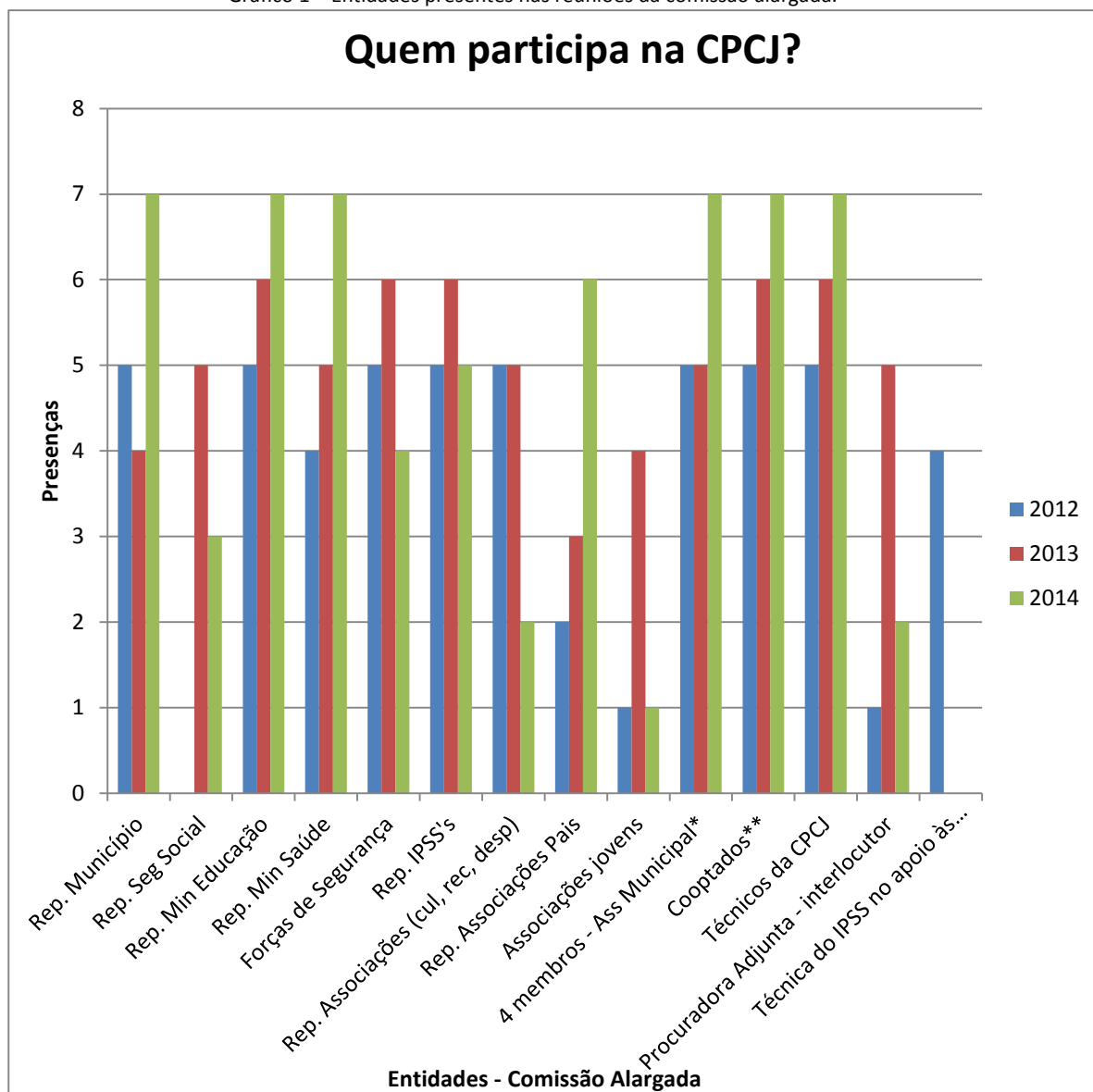
¹ A proposta da Comissão Nacional previa o acompanhamento dos trabalhos por um facilitador externo, tendo o Professor Doutor Manuel Jacinto Sarmiento aceite o convite que a CPCJV lhe endereçou.

Resultados

Análise de Conteúdo das Atas das reuniões da Comissão na modalidade Alargada

1.1) Que entidades estão presentes nas reuniões da comissão alargada?

Gráfico 1 – Entidades presentes nas reuniões da comissão alargada.



Fonte: atas da CPCJV (modalidade alargada)

*Os quatro membros da Assembleia Municipal, embora representados, em nenhuma das reuniões estiveram simultaneamente presentes, neste período de tempo

**Os membros cooptados, apesar de sempre representados nas reuniões, não estiveram nunca na sua totalidade

***A técnica da Segurança Social no apoio às CPCJ deixou de existir após o término do ano de 2012

Ao analisar o gráfico percebe-se facilmente quais eram as entidades mais presentes ao longo dos três anos de análise, salientando-se o Município, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, os Membros da Assembleia Municipal, os Membros Cooptados e os Técnicos da CPCJ. Por outro lado, também se verificava uma baixa presença da Segurança Social, das Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, das Associações de Pais e das Associações de Jovens.

1.2) Que temas aborda a comissão na modalidade alargada?

Tabela 1 – Temas abordados nas reuniões da comissão alargada

1) Informações	Iniciativas da CNPCJR	Encontro nacional
	Formação interna	Prevenção do <i>Burnout</i>
	Atividades de iniciativa própria	Folhetos
		Estágios (curricular e profissional)
		Nomeação da secretária
		Mês da Prevenção dos maus tratos
		Programa de rádio
	Atividades partilhadas	Festa da Família
		Seminário Direito de Família e Menores (3)
		Colónia de Férias para Jovens na Praia Azul
		Colónia de Férias para Crianças na Apúlia
		Sessões de esclarecimento nas escolas VV e Prado
		BPI - Presentear crianças desfavorecidas
	Atividades de outras instituições	Tertúlia: "Conversas sobre o senso comum"
		Encontros dos Representantes do MEC (2)
		Reunião com os interlocutores do Ministério Público
	Alertas	Encontro distrital das CPCJ de Braga
ESVV		
Outras intervenções locais	Segurança – escola E.B 2 e 3 de Moure	
	Luta contra a pobreza	
	Prevenção ao nível da saúde	

2) Informação sobre os processos	Atividades de iniciativa própria	Instaurados (12)
		Arquivados (12)
		Enviados ao TFMB (11)
		Transitados nos anos anteriores (12)
		Enviados a outras comissões (1)
3) Balanço de Atividades	Atividades de iniciativa própria	Programa de rádio (2)
		Luta contra a pobreza e exclusão Social (2)
		Dia mundial da prevenção do abuso de crianças e jovens
	Atividades partilhadas	Operação stop (2)
		Tertúlia: "Conversas sobre o senso comum" (2)
		Mascote da CPCJ
		Dia mundial da criança
		Seminário Direito de Família e Menores
4) Outros Assuntos	Atividades de iniciativa própria	Combate à pobreza e exclusão social
		Dia mundial da Criança - USB (3)
		Programa de rádio
		Manual de boas práticas
	Atividades partilhadas	Colónia de Férias para Jovens na Praia Azul
		Colónia de Férias para Crianças na Apúlia
		Seminário do Direito da Família e Menores
		Recolha de alimentos e roupas (2)
		Seminário Eliminação da Violência contra a Mulher
	Recolha de medula óssea	

		Sessão de sociodrama (2)	
		Ações de prevenção com os serviços de psicologia	
	Atividades de outras instituições	Seminário "Educação através das Ações e Emoções" Mês da prevenção dos maus tratos - laço azul Dia Nacional do Pijama Jornadas "(entre) laços e desequilíbrios". Jornadas de reflexão sobre violência doméstica	
	Alertas	PJ Fafe Ausência de técnico para acompanhamento do PIEF - Prado	
	Outras intervenções locais	Segurança - escola Moure	
		Sensibilização aos professores para o consumo de estupefacientes	
	5) Plano de Atividades/Relatório	Atividades de iniciativa própria	Relatório de Atividades (4)
			Seminário do Direito da Família e Menores (2)
			Programa de rádio (3)
Formação GNR (2)			
Ações de sensibilização com agentes GNR e escolas			
Dia mundial para a prevenção do abuso de crianças e jovens			
Dia mundial da Criança - USB			
Convenção dos Direitos da Criança - reedição de livro			
Manual de boas práticas			
Atividades Partilhadas		Fórum Juventude	
		Tertúlia Grávidas Adolescentes e/ou mães Adolescentes (2)	
	Oficina Teatro do Fórum (3)		

		Operação stop (2)
		Dia mundial da Criança
	Atividades de outras instituições	Mês de Prevenção dos Maus Tratos (2)
		Encontros dos Representantes do MEC
	Outras intervenções locais	Ação de sensibilização ATAHCA
	Formação interna	Tertúlias para técnicos
6) Projetos	Atividades partilhadas	Fórum juventude (3)
		Programa Escolhas: "Projecto + Giro"
		Abraçar Vila Verde
		Prémio Europeu da Prevenção da Criminalidade 2013 (2)
		Projeto "Estilos de vida saudáveis"
		Quinta do Saber
		Projeto de formação "Líder de turma"
7) aspetos Internos	Atividades de iniciativa própria	Revisão do Regulamento Interno
		Eleição do (a) presidente da CPCJ
8) Iniciativas da CNPCJR	Iniciativas da CNPCJR	Encontro nacional (3)
		Tecer a Prevenção (3)
		Formação <i>online</i> representantes MEC nas CPCJ
		Projeto piloto dinamização das CPCJ (2)

Fonte: atas da CPCJVV (modalidade alargada)

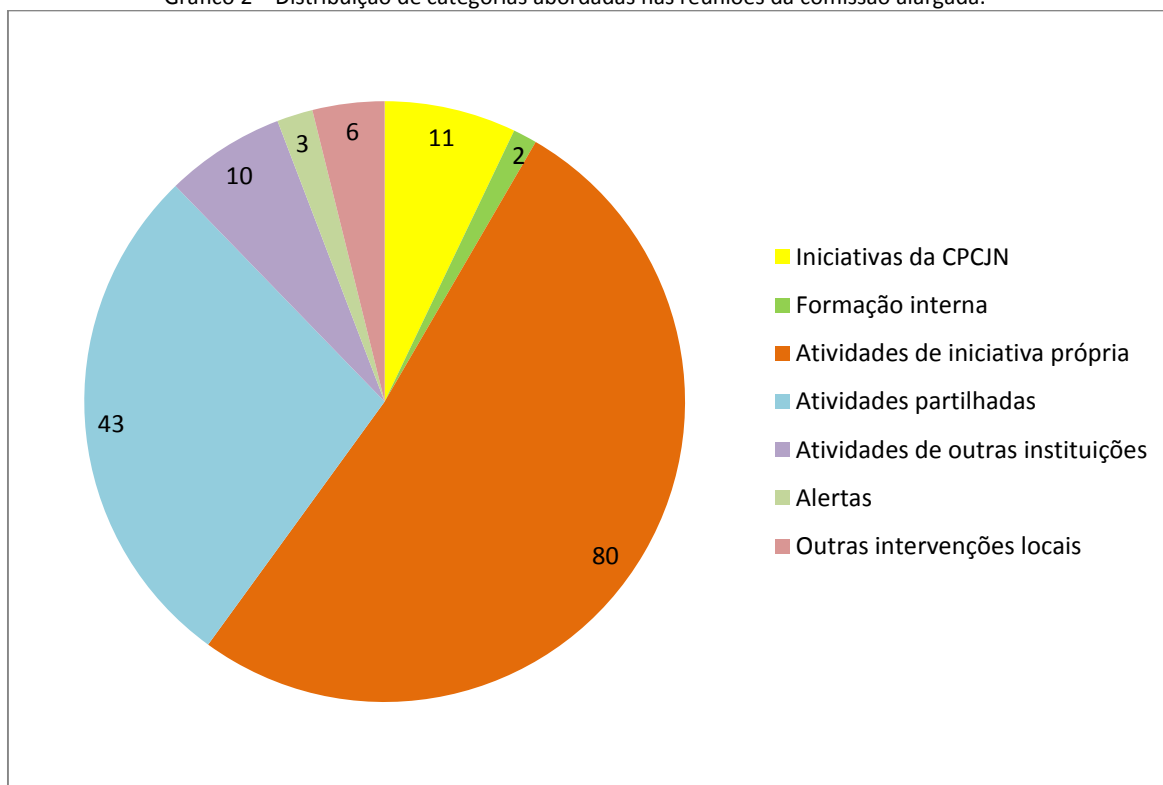
Tal como foi descrito anteriormente, a análise de conteúdo teve como base as ordens de trabalhos das atas da modalidade alargada, chegando assim às categorias comuns:

- Iniciativas da CNPCJR;
- Formação interna;
- Atividades de iniciativa própria;
- Atividades partilhadas;
- Atividades de outras instituições;
- Alertas e outras intervenções locais.

Todos os temas de debate foram contabilizados sempre que constavam nos diversos pontos das ordens de trabalhos.

O gráfico abaixo (gráfico 2) ajuda a compreender sobre que categorias a modalidade alargada da CPCJ de Vila Verde mais se debruçava nas suas reuniões de trabalho, destacando-se as atividades de iniciativa própria e as atividades de iniciativa partilhada.

Gráfico 2 – Distribuição de categorias abordadas nas reuniões da comissão alargada.

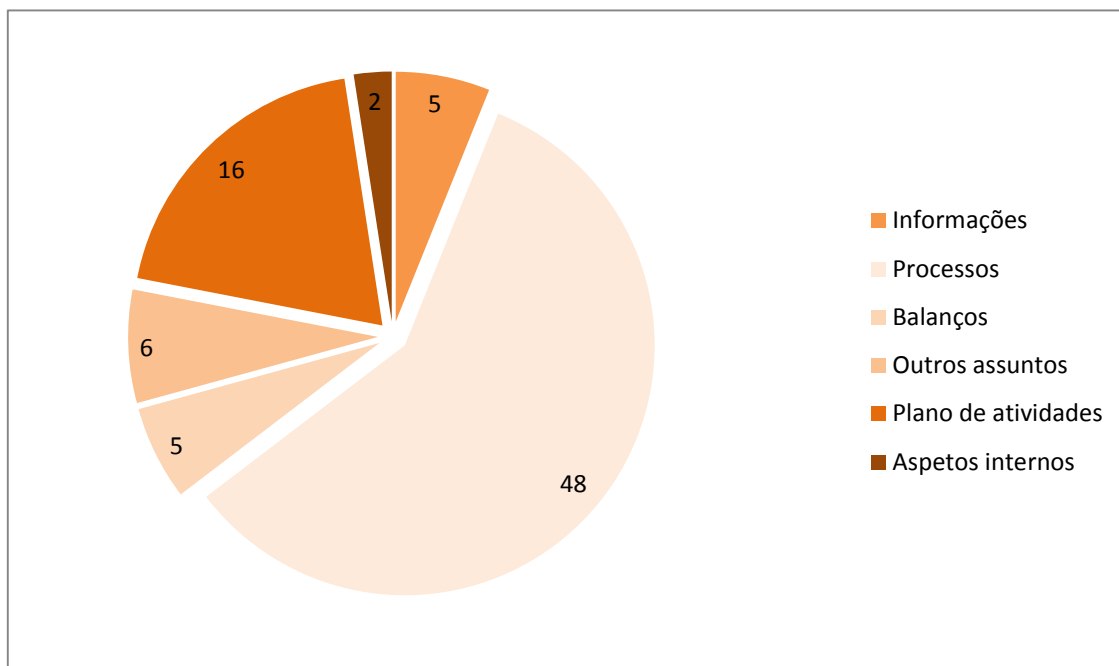


Fonte: atas da CPCJVV (modalidade alargada)

Analisando as duas categorias que mais se destacam, verifica-se que nas atividades de iniciativa própria o maior ênfase está nas informações sobre o andamento dos processos e,

logo de seguida, o plano de atividades (gráfico 3). É semelhante a distribuição para as informações, os balanços, os aspetos internos e os outros assuntos.

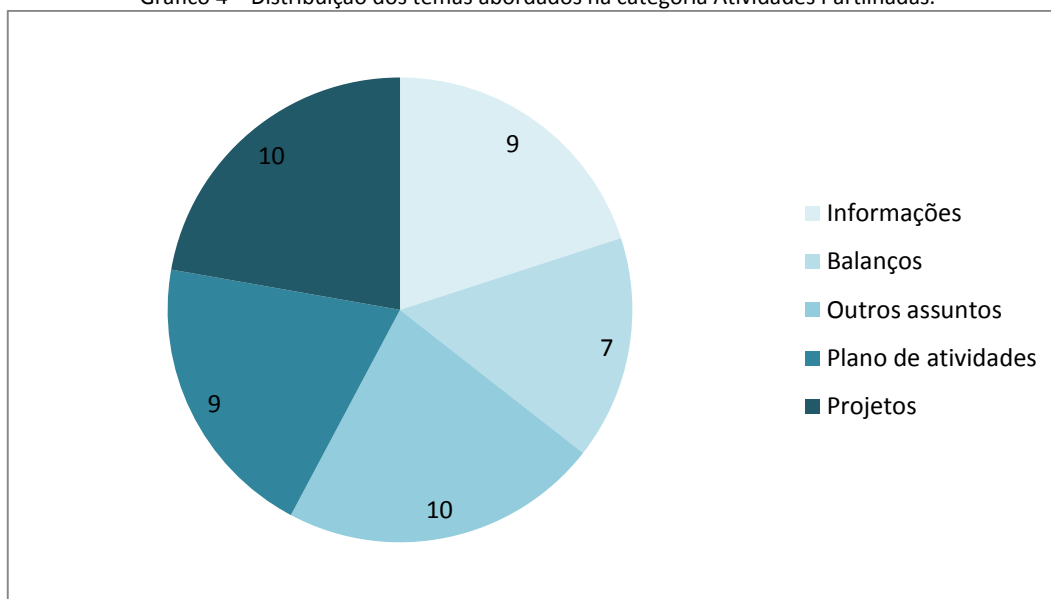
Gráfico 3 – Distribuição dos temas abordados na categoria Atividades de Iniciativa Própria.



Fonte: atas da CPCJVV (modalidade alargada)

Por outro lado, nas atividades partilhadas há uma distribuição aproximadamente uniforme entre as sub categorias informações, balanços, outros assuntos, plano de atividades e projetos (gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição dos temas abordados na categoria Atividades Partilhadas.

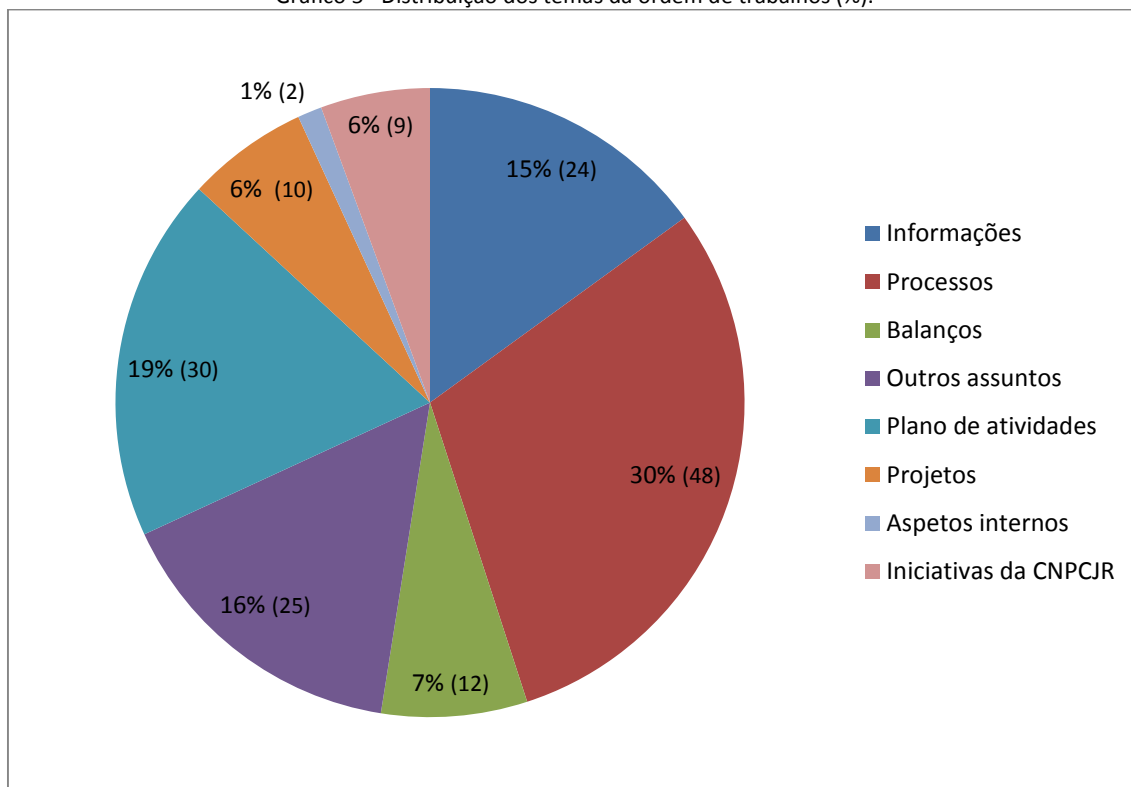


Fonte: atas da CPCJVV (modalidade alargada)

Por sua vez, observando as ordens de trabalho das atas verifica-se que há uma incidência significativa no tema das informações relativas aos processos em acompanhamento pela modalidade restrita. No entanto esta abordagem é meramente informativa não se despendendo muito tempo na mesma.

Logo de seguida aparece o plano de atividades, os outros assuntos e as informações; os outros pontos das ordens de trabalho seguem uma distribuição semelhante.

Gráfico 5 –Distribuição dos temas da ordem de trabalhos (%).



Fonte: atas da CPCJVV (modalidade alargada)

Análise SWOT

Um segundo momento de autorreflexão centrou-se então na análise SWOT. E, de uma forma sucinta e clara, pode-se identificar os pontos fortes e os menos fortes que unanimemente a modalidade alargada reconheceu.

Tabela 2 - Resultado da análise SWOT.

Forças:	Fraquezas:
<ul style="list-style-type: none">- Boa relação com a comunidade;- Qualidade dos recursos humanos, aliado a experiência e empenho;- Atenção à diversidade decorrente da dispersão geográfica e das diferenças sociais;- Diversidade de iniciativas e interesses no plano de ação, nomeadamente, na área cultural e na intervenção direta com as crianças, jovens, professores e pais;	<ul style="list-style-type: none">- Reduzida participação nas reuniões de alguns elementos da comissão;- Reduzido reconhecimento social do trabalho da comissão;- Excessiva dependência da comissão alargada face à comissão restrita;- Desfasamento do planeamento das atividades da CPCJ com o das entidades que integram a comissão;- Falta de disponibilidade de alguns elementos para as atividades;- Inadequação das instalações;- Conhecimento insuficiente da realidade social;
Oportunidades:	Ameaças:
<ul style="list-style-type: none">- Organização e estrutura da comissão, equipa coesa (competências para desenvolvimento);- Alargar a formação à comissão alargada;- Capacidade de mobilização de recursos culturais para as atividades;- Convite de diferentes entidades e atores da comunidade para uma visão integrada da infância do município e do planeamento estratégico;	<ul style="list-style-type: none">- Particularismos locais podem conduzir à dispersão e fragmentação das atividades de promoção dos direitos;- Ausência de respostas sociais no concelho;

A comissão está bem enraizada socialmente e apresenta como ponto forte a sua capacidade de iniciativa e de cooperação com a comunidade.

Apesar de haver um maior número de fraquezas, isto é entendido pela modalidade alargada, juntamente com as oportunidades e as forças, como aspetos a melhorar de forma a alcançar os objetivos da promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens do concelho.

No entanto, reconhecer também as ameaças permite desenvolver maiores esforços de sensibilização para a necessidade de mais respostas sociais e para a diminuição da influência dos particularismos locais na capacidade de promoção e proteção.

Assim, a análise SWOT permitiu observar o “ambiente” da modalidade alargada da comissão, auxiliando na tomada de consciência, por parte dos membros, de quais os fatores internos e externos presentes que dela fazem parte.

Síntese

Esta fase de autoavaliação do projeto “Tecer a Prevenção” permitiu criar uma oportunidade e uma ferramenta para uma análise em profundidade, não só do funcionamento interno CPCJ de Vila Verde, mas também da perceção dos membros/comissão em si, da realidade da promoção e proteção infantojuvenil do concelho, que será mais aprofundada nas fases posteriores do Projeto.

Com este autodiagnóstico a modalidade alargada conseguiu ter uma melhor visão da sua dinâmica interna. Neste seguimento, destacaram-se alguns aspetos que posteriormente terão influência no plano estratégico.

Nesta análise tornou-se evidente que, relativamente à organização da estrutura das reuniões e respetivas atas, não há uma uniformização clara, um aspeto certamente a melhorar. Verificou-se que em cada ponto da ordem de trabalhos, os mesmos subtemas aparecem em diferentes categorias ao longo das reuniões, não havendo assim uma estrutura linear, nem para a organização da ordem de trabalhos, nem para a redação das atas que acabam, por vezes, por perder conteúdo relevante e clareza de informação. Ainda relativamente às reuniões, observou-se que existem temas abordados recorrentemente num número significativo de reuniões. No entanto, a atenção despendida para os mesmos é escassa e meramente informativa. Este pendor informativo e comunicativo é, inclusivamente, um dos pontos a destacar desta análise, uma vez que não está demonstrada a prevalência de momentos de natureza deliberativa. Como podemos observar através da análise *SWOT*, este aspeto pode ser explicado pela reduzida participação e disponibilidade de alguns elementos nas reuniões e atividades da modalidade alargada, havendo, talvez, por isso, uma excessiva dependência da comissão alargada face à comissão restrita.

Relativamente aos elementos que constituem a modalidade alargada por motivos institucionais, nos anos analisados, ocorreram algumas substituições, o que aliado à pouca frequência e participação de alguns dos seus elementos, contribui para que não haja a adesão adequada à missão da comissão alargada.

A leitura da participação dos elementos que compõem a comissão alargada não é linear. A pouca disponibilidade de alguns tem sido compensada pela qualidade dos outros recursos humanos que transparece na sua experiência e empenho. Este fator tem sido um grande contributo para, apesar das fraquezas já mencionadas, a comissão alargada ter

conseguido, ainda assim, nestes anos desenvolver um plano de atividades, que podendo ser ainda insuficiente, tem garantido o funcionamento satisfatório em termos de promoção e proteção.

Será talvez de salientar que os momentos de deliberação “consciente” eram praticamente inexistentes, fruto, talvez, da necessidade de um crescimento individual e coletivo no significado de “membro” de uma “comissão de proteção”. Poderá também ser um reflexo da “habitual” prática de assumir uma postura de passividade face ao que ia sendo exposto ou partilhado pelos membros mais “verbalmente” ativos nas reuniões, bem como na execução de tarefas para que as atividades propostas fossem uma realidade. Será, pois, de equacionar novas práticas e dinâmicas que permitam um real e maior compromisso dos diferentes elementos, não apenas nas reuniões mas também na proposta e desenvolvimento de atividades.

Além disso, poderá fazer sentido que a própria Presidente da CPCJ repense a forma como propõe a organização e dinamização das reuniões, bem como a própria forma de trabalhar, seja em “grande grupo”, seja em “grupos de trabalho”.

Pela análise *SWOT* foi perceptível que a comissão alargada tem espaço para crescer e que as oportunidades que foram identificadas permitem boas perspetivas para o desenvolvimento de um plano estratégico (objetivo da terceira fase do “Tecer a Prevenção em Vila Verde”).

Para terminar, ressalva-se que se constatou que todos os elementos que compõem a comissão alargada não possuíam um conhecimento aprofundado da realidade da infância e juventude do concelho, por ausência de um diagnóstico social amplo e específico desta realidade. Este desconhecimento motivou e incentivou a adesão às restantes fases do projeto “Tecer a Prevenção”, pois apenas a realização do autodiagnóstico manteria a comissão alargada nos mesmos moldes de funcionamento que se constataram necessitar de melhorias e reformulação. O referido diagnóstico social será apresentado em detalhe no capítulo seguinte.

Parte II - Situação Social da Infância e Juventude em Vila Verde

Capítulo 1 - Relatório do Diagnóstico Social da Infância da Juventude

Diagnóstico Social

Este capítulo debruça-se sobre o Diagnóstico Social da Infância e Juventude no concelho de Vila Verde. Pretende-se fazer um retrato da situação da infância e juventude no concelho, mapear os equipamentos, serviços e respostas existentes na área da infância e juventude e identificar necessidades de promoção dos direitos fundamentais das crianças e jovens.

Nessa medida, esteve em curso a recolha de um conjunto de informações e indicadores estatísticos que se relacionam com as diferentes dimensões da vida das crianças e jovens e das suas famílias. Com a sua análise foi possível identificar as necessidades e as estratégias para ir ao seu encontro.

Ressalva-se que os dados estatísticos utilizados provêm, em grande medida, dos dados disponíveis nos *sites* e publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do PORDATA, e sempre que possível, procurou-se espelhar a evolução dos mesmos.

Como outras fontes de recolha direta de informação contamos com a cedência de dados por parte de diferentes Serviços da Câmara Municipal de Vila Verde - nomeadamente da Rede Social, serviço de Educação, Ação Social e Biblioteca Professor Machado Vilela, dos Agrupamentos de Escolas, dos serviços do ACES Gerês/Cabreira, da Segurança Social, do Projeto +Giro e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde.

Caracterização do Concelho²

O concelho de Vila Verde está localizado no distrito de Braga, em pleno coração do Minho. É limitado a norte pelo concelho de Ponte da Barca, a Oeste pelos de Barcelos e Ponte de Lima, a Este por Terras de Bouro e a Sudeste pelos de Amares e Braga, de que fica separado pelos rios Homem e Cávado, respetivamente.

Vila Verde contém uma área de 228,7 km², apresenta uma população com cerca de 46 mil habitantes distribuídos por 33 freguesias e uniões de freguesias. Beneficia de um clima temperado agradável, com temperaturas médias anuais de 15º C, sendo o inverno chuvoso e o verão quente e seco.

Figura 1 - Mapa do Concelho, antes da reorganização administrativa das freguesias



Fonte: Município de Vila Verde, 2015

² Informação extraída do sítio da Câmara Municipal de Vila Verde em 19 de maio de 2015: www.cm-vilaverde.pt

População

Caracterização geral

Tabela 3 - Evolução da população residente

Evolução da População Residente no Concelho de Vila Verde

Área	1981	1991	2001	2011	Variação		Variação		Variação	
					1981-1991		1991-2001		2001-2011	
					N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila Verde	44432	44056	46579	47888	-376	-0,85%	2523	5,42%	1309	2,73%

[Pessoas que habitam no concelho a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.]

Fonte: INE, 2015

Observando a evolução da população residente no período entre 1981 e 2011 constata-se que houve uma evolução positiva. No entanto, quando comparados os anos de 2011 e 2014 (tabela 4) verifica-se que há uma diminuição na maior parte dos escalões etários, à exceção dos intervalos entre os 40 e os 69 anos que aumentaram.

Tabela 4 - População residente, por grupo etário

	2011					2014				
	Portugal	Norte	Cávado	Braga	Vila Verde	Portugal	Norte	Cávado	Braga	Vila Verde
0 - 4	489949	160800	19317	8956	2196	449799	144629	17279	8206	1938
5 - 9	523527	182563	22312	9953	2730	499768	166924	20455	9301	2474
10 - 19	1118314	416481	50630	21685	6109	1093047	398951	48355	20939	5864
20 - 29	1218016	443035	53607	24264	6281	1119613	410366	50768	22438	5949
30 - 39	1580450	552414	66842	30812	7422	1455402	504950	61729	28918	7071
40 - 49	1558095	578196	64950	28294	7087	1554480	565953	65169	29110	7143
50 - 59	1412452	511784	54000	24427	5728	1450651	535256	57761	26112	6193
60 - 69	1282701	391230	37923	16561	4365	1233231	421862	42335	18747	4636
70 - 79	918271	287256	26383	10490	3781	923261	291168	26933	11051	3703
80 +	540623	228644	15064	6104	2296	595570	181726	16906	6731	2575

Fonte: INE, 2015

Indicadores demográficos

Tabela 5 - Índice de Envelhecimento (%)

Índice de Envelhecimento				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	125,8	129,4	133,5	138,6
Norte	111,8	116,5	122	128,7
Cávado	85	88,9	93,6	99,6
Braga	77,7	81,3	85,6	91,1
Vila Verde	101,3	104,5	108,5	113,8

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos.]

O envelhecimento da população ocorreu de forma generalizada em todo o país, sendo que Vila Verde não fugiu a esta tendência. Verifica-se que em 2014 havia 113,8 idosos para cada 100 jovens.

Tabela 6 - índice de longevidade (%)

Índice de Longevidade				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	48,3	48,7	48,9	49,00
Norte	47,3	47,8	48	48
Cávado	47,3	47,6	47,6	47,3
Braga	46,2	46,4	46,1	45,8
Vila Verde	50,6	51,5	51,8	52

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Relação entre a população mais idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos).]

O aumento da longevidade contribui para o envelhecimento demográfico da população residente em Vila Verde, que contempla um índice mais elevado face ao país.

Tabela 7 - Índice sintético de fecundidade (Nº)

Índice Sintético de Fecundidade				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	1,35	1,28	1,21	1,23
Norte	1,24	1,15	1,09	1,09
Cávado	1,22	1,15	1,04	1,03
Braga	1,24	1,16	1,06	1,1
Vila Verde	1,12	1,18	1,05	1

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).]

Portugal não atinge o valor mínimo de 2,1 para a renovação das gerações, tendo sido, em 2014, de 1,23 crianças. Em Vila Verde esta tendência é ainda mais baixa, atingindo o valor de 1 criança por mulher em idade fértil.

Tabela 8 - Taxa de Fecundidade Geral (‰)

Taxa de Fecundidade Geral				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	38,6	36,3	33,9	34,3
Norte	34,6	31,9	30,6	29,9
Cávado	35,2	32,8	29,6	29,1
Braga	36,8	34	31,3	32
Vila Verde	32,6	33,8	29,4	28,2

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referindo ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10³) mulheres em idade fértil).

A taxa de fecundidade geral, em Portugal, tem vindo a decair nos últimos anos, situando-se nos 34,3‰ em 2014.

Em Vila Verde esta queda também se verifica, até de forma mais acentuada do que no resto do país.

Tabela 9 - Taxa Bruta de Natalidade (‰)

Taxa Bruta de Natalidade				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	9,2	8,5	7,9	7,9
Norte	8,5	7,8	7,3	7,2
Cávado	9,3	8,6	7,7	7,5
Braga	10	9,1	8,3	8,4
Vila Verde	8,2	8,4	7,3	6,9

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10³) habitantes.]

A taxa bruta de natalidade, uma vez mais está em decréscimo, o que se verifica também em Vila Verde.

O facto de o concelho evidenciar uma população mais envelhecida e o aumento da idade da mãe aquando do nascimento do primeiro filho, entre outros fatores, podem contribuir para esta diminuição.

A descida da taxa bruta de natalidade é muito expressiva nos últimos anos.

Tabela 10 - Taxa de Mortalidade Infantil (‰)

Taxa de Mortalidade Infantil				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	3,1	3,4	2,9	2,8
Norte	3,1	2,8	2,8	2,6
Cávado	2,6	3,7	1,9	2,3
Braga	2,2	3,6	1,3	3,3
Vila Verde	0	4,9	0	0

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10³) nados-vivos).]

Portugal registou em 2014 uma taxa de mortalidade infantil de 2,8 óbitos por mil nados-vivos. Em Vila Verde esta taxa apresenta valores nulos, com a exceção do ano de 2012 em que existiram 4,9 óbitos por mil nados-vivos.

Tabela 11 - Nados-vivos por local de residência da mãe (Nº)

Nados-vivos por local de residência da mãe				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	98856	89841	82787	82367
Norte	31 525	28 719	26 672	26 043
Cávado	3 812	3 518	3 134	3 042
Braga	1 810	1 655	1 505	1 523
Vila Verde	394	405	348	331

[Os nascimentos vivos, anuais, por local de residência da mãe.]

Fonte: INE, 2015

O número de nados-vivos embora tenha crescido ligeiramente entre os anos de 2011 e 2012, caiu em 74 nascimentos vivos até ao ano de 2014.

Tabela 12 - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (Nº)

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	30,9	31,0	31,2	31,5
Norte	30,8	30,9	31,2	31,5
Cávado	31,3	31,4	31,7	31,9

[Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.]

Fonte: INE, 2015

A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, em 2014, é semelhante em Portugal e no NUT Cávado, 31,5 anos e 31,9, respetivamente. Desta forma, verifica-se que tem havido um adiamento da idade para a maternidade. Não existem no INE dados disponíveis para o município de Vila Verde.

Tabela 13 - Índice de Dependência de Jovens (%)

Índice de Dependência de Jovens				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	22,7	22,5	22,4	22,1
Norte	22,1	21,7	21,3	20,8
Cávado	23,5	23	22,5	21,9
Braga	23,3	22,9	22,5	22
Vila Verde	25,1	24,5	24	23,3

[Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).]

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

Verifica-se uma descida no índice de dependência de jovens, o que pode ser justificado pela redução da população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Tabela 14 - Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)

Taxa Bruta de Nupcialidade				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	3,4	3,3	3,1	3,0
Norte	3,7	3,5	3,3	3,3
Cávado	3,9	3,8	3,7	3,7
Braga	3,9	3,8	3,9	3,7
Vila Verde	4	3,5	3,8	4,1

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (10³) habitantes).]

A taxa bruta de nupcialidade regista uma ligeira queda em Portugal entre os anos de 2011 e 2014. Vila Verde seguiu esta tendência, porém, entre 2013 e 2014 registou uma pequena subida.

Tabela 15 - Taxa bruta de divórcio (‰)

Taxa Bruta de Divórcio				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	↓ 2,5	2,4	2,2	-
Norte	↓ 2,5	2,4	2,2	-
Cávado	↓ 2,1	2,1	2	-
Braga	↓ 2,5	2,5	2,4	-
Vila Verde	↓ 1,9	1,5	1,6	-

Fonte: INE, 2015

[Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 (10³) habitantes).]

O número de divórcios em Portugal tem vindo a diminuir assim como em Vila Verde, havendo uma diferença de 0,6‰ no ano de 2013. Não há dados disponíveis no INE para o ano de 2014.

Tabela 16 - Taxa de Crescimento Efetivo (%)

Taxa de Crescimento Efetivo				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	-0,29	-0,52	-0,57	-0,50
Norte	-0,17	-0,57	-0,6	-0,62
Cávado	0,16	-0,23	-0,3	-0,35
Braga	0,38	-0,04	-0,14	-0,16
Vila Verde	0,04	-0,2	-0,27	-0,48

Fonte: INE, 2015

[Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente de um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).]

A taxa de crescimento efetivo em Vila Verde situa-se nos -0,48%, muito próxima da registada em Portugal, o que significa uma diminuição da população residente.

Tabela 17 - Saldo Natural (Nº)

Saldo Natural				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	-5.992	-17.771	-23.758	-22.423
Norte	-53	-4.408	-6.304	-6.271
Cávado	927	538	175	188
Braga	735	517	296	366
Vila Verde	-55	-26	-68	-98

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.]

Apesar do aumento do índice de longevidade, a diminuição do número de nascimentos pode explicar a descida acentuada e negativa do saldo natural da população.

Tabela 18 - Taxa de crescimento natural (%)

Taxa de Crescimento Natural				
	2011	2012	2013	2014
Portugal	-0,06	-0,17	-0,23	-0,22
Norte	0	-0,12	-0,17	-0,17
Cávado	0,23	0,13	0,04	0,05
Braga	0,4	0,28	0,16	0,2
Vila Verde	-0,11	-0,05	-0,14	-0,21

Fonte: INE, 2015

[Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).]

A taxa de crescimento natural regista também uma descida entre os anos de 2011 e 2014, evoluindo de forma negativa.

Caracterização da População Migrante

Tabela 19 - Taxa de crescimento migratório (%)

	Taxa de crescimento migratório			
	2011	2012	2013	2014
Portugal	-0,23	-0,36	-0,35	-0,29
Norte	-0,17	-0,45	-0,43	-0,44
Cávado	-0,07	-0,36	-0,35	-0,4
Braga	-0,02	-0,32	-0,31	-0,36
Vila Verde	0,16	-0,14	-0,12	-0,27

Fonte: INE, 2015

[Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes.)]

A taxa de crescimento migratório tem registado uma diminuição considerável, o que, tal como já referido anteriormente, contribui para a diminuição da população residente.

Tabela 20 - Saldo migratório (Nº)

	Saldo Migratório			
	2011	2012	2013	2014
Portugal	-24.331	-37.338	-36.230	-
Norte	-6.308	-16.582	-15.735	-
Cávado	-282	-1.476	-1.414	-
Braga	-40	-583	-559	-
Vila Verde	76	-68	-59	-

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

[Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano.]

Constata-se que, quer a nível nacional, quer a nível do concelho, a imigração é inferior à emigração; isto é, há mais pessoas a procurarem o estrangeiro do que a procurarem o nosso território.

Tabela 21 - População residente de nacionalidade estrangeira, 2011 (Nº)

	Estrangeira		Europa		África		América		Ásia		Oceânia	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	171686	188283	64803	66216	47409	40009	46992	63777	12298	9089	182	190
Norte	20828	24366	9424	9884	3362	3277	5926	9443	2091	1736	25	26
Cávado	2815	3238	1432	1387	418	449	764	1223	199	177	2	2
Braga	2014	2302	992	921	311	338	553	926	156	116	2	1
Vila Verde	175	210	119	132	14	12	30	56	12	10	0	0

Fonte: INE 2015

A população estrangeira residente no concelho sendo reduzida (representa apenas 0,8% da população local) é proveniente principalmente da Europa e secundariamente da América, sendo residual o número de emigrantes provenientes da África e da Ásia.

Tabela 22 - Pedido de Integração de alunos imigrantes nas escolas, por nível de ensino no ano letivo de 2014/15

Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino Secundário
3	5	3	5	2

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Verde; Agrupamento de Escolas Prado, Escola Secundária de Vila Verde; Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva

Tabela 23 - Pedido de transferência de alunos para o estrangeiro, por nível de ensino no ano letivo de 2014/15

Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino Secundário
2	8	8	11	0

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Verde; Agrupamento de Escolas Prado, Escola Secundária de Vila Verde; Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva

O reduzido fluxo migratório para Vila Verde reflete-se nos poucos pedidos de integração de alunos estrangeiros nas escolas do município. Em contrapartida, verifica-se um número mais elevado de saídas de alunos para escolas estrangeiras.

Educação

Caracterização da População Residente de acordo com o nível de Ensino

Tabela 24 - População residente segundo o grupo etário, nível de escolaridade e sexo, 2011

População do Concelho entre os 25-64 anos, por nível de escolaridade e sexo

Grupo Etário	Ensino Básico (total)		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Ensino Secundário	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
25 – 49	6131	5644	1531	1537	2636	2118	1964	2189	1280	1645
50- 64	3133	3255	2471	2639	348	301	314	315	182	140

Fonte: INE, 2015

Tabela 25 - População no concelho com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, 2011 (Nº)

Nível de Escolaridade	Nº
Sem escolaridade	5 661
Básico 1º ciclo	12 106
Básico 2º ciclo	6 404
Básico 3º ciclo	7 512
Secundário	5 100
Médio	279
Superior	2 828

Fonte: PorData, 2015

A caracterização da escolaridade da população do concelho mostra um nível relativamente baixo de escolarização, especialmente nos grupos etários mais elevados. Não existem diferenças significativas nas taxas de escolarização por sexo.

Caracterização Geral do Sistema de Educação e Ensino

Tabela 26 - Estabelecimentos Públicos e Privados de educação em Vila Verde, 2015, (Nº)

Educação Pré-escolar			Ensino Básico									Ensino Secundário		
Total	Público	Privado	1º ciclo			2º ciclo			3º ciclo			Total	Público	Privado
			Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado			
35	33	2	22	22	0	5	5	0	7	6	1	2	1	1

Fonte: Município de Vila Verde, 2015

Os estabelecimentos de ensino existentes conseguem dar resposta às necessidades do concelho.

Tabela 27 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário

Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em % da população residente										
	Educação Pré-escolar		Ensino básico - 1º ciclo		Ensino básico - 2º ciclo		Ensino básico - 3º ciclo		Ensino Secundário	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	2,59	2,55	4,32	4,21	2,53	2,42	4,16	3,83	3,91	3,81
Norte	2,56	2,52	4,24	4,09	2,6	2,42	4,46	3,97	4,13	4
Cávado	2,89	2,81	4,54	4,4	2,66	2,5	4,65	4,14	4,61	4,6
Braga	3,09	3,03	4,79	4,63	2,85	2,72	4,76	4,39	5,88	6,18
Vila Verde	2,79	2,62	4,35	4,28	2,64	2,31	4,73	4,13	3,79	3,33

Fonte: PorData, 2015

Embora só se possam analisar os anos de 2012 e 2013, verifica-se que houve um decréscimo dos alunos matriculados em todos os níveis de ensino, sobretudo no 2º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. Este decréscimo acompanha a taxa negativa de evolução demográfica.

Tabela 28 - Nº de alunos por nível de ensino ministrado, 2014/2015

	Ensino Regular						Ensino Vocacional E Profissional		
	Pré-Escolar	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	CEF (1º e 2º Ano)	PIEF - 2º e 3º CEB	Secundário	Básico	Secundário
Cávado	6817	15549	8079	12893	148	40	7721	403	3326
Vila Verde	1002	1904	1061	1625	31	27	866	123	687

Fonte: DGESE, 2015; Escola Profissional Amar Terra Verde, 2015

Ressalva-se que no concelho, além da resposta do ensino regular (pré-escolar, básico geral e secundário) existem cursos CEF, PIEF, de ensino vocacional e ensino profissional.

Tabela 29 - Nº de alunos com necessidades de educação especiais (NEE), 2014/2015

	Ensino Regular						Ensino Vocacional	Ensino Profissional	
	Pré-Escolar	Básico 1º ciclo	Básico Geral 2º ciclo	Básico Geral - 3º ciclo	CEF (1º e 2º Ano)	PIEF - 2º e 3º CEB	Secundário	Básico	Secundário
Cávado	67	483	316	501	3	2	94	21	108
Vila Verde	12	58	44	60	2	2	10	5	14

Fonte: DGESE, 2015

No que se refere às necessidades de educação especial, no ano letivo de 2014/2015 observou-se que em todos os níveis de ensino existem crianças a serem acompanhadas, contudo a maior incidência é no 1º e 3º ciclo do ensino regular.

Tabela 30 - Crianças/jovens (até aos 18 anos, inclusive) por escalão de ação social escolar, ano letivo 2014/2015

Escalões	A	1708	31,4%
	B	1589	29,2%
C (sem escalão)	2145	39,4%	
total	5442	100%	

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Verde; Agrupamento de Escolas Prado, Escola Secundária de Vila Verde, EPATV; Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva

Sessenta por cento dos alunos são abrangidos por medidas de apoio da ação social escolar estando cerca de um terço abrangido pelo nível mais elevado deste tipo de apoios (pagamento de refeições, livros e transportes).

Tabela 31 - Número total de crianças/Jovens abrangidas pela ação social escolar (até aos 18 anos, inclusive) por nível de ensino e escalão A e B, ano letivo 2014/2015

1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Ensino Secundário	
A	B	A	B	A	B	A	B
457	497	296	283	514	459	441	350

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Verde; Agrupamento de Escolas Prado, Escola Secundária de Vila Verde, EPATV; Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva

Tabela 32 - Taxa bruta de escolarização no ensino básico e secundário (%)

	Taxa de Escolarização no ensino básico	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	
	2010 / 2011	2010 / 2011	2011/2012
Portugal	122,2	134,9	124,9
Norte	121,7	131,7	122,4
Cávado	115,7	138,3	125,4
Braga	120,4	189,7	169,2
Vila Verde	107,9	109,3	98,1

[Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.]

Fonte: INE, 2015

A taxa bruta de escolarização no concelho é mais baixa do que o do NUT Cávado, mas a vizinhança do concelho de Braga e a sua atratividade para a frequência de estabelecimentos de ensino aí localizados poderá explicar essa diferença; com efeito, um certo número de estudantes de Vila Verde frequentam escolas de Braga, especialmente no ensino secundário.

Tabela 33 - Taxa de transição no ensino secundário (%)

Taxa de transição no ensino secundário regular	
2011 / 2012	
Portugal	79,9
Norte	83
Cávado	83,4
Braga	81,4
Vila Verde	80,7

Fonte: INE, 2015

[Alunos do ensino secundário regular que no final do ano letivo obtém aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte)/ Alunos matriculados no ensino secundária regular, nesse ano letivo]*100]

A taxa de transição no ensino secundário regular, no ano letivo de 2011/2012 situava-se nos 80,7%, o que representa uma percentagem equivalente à média nacional, ainda que inferior ao NUT Cávado onde se insere o Município.

Tabela 34 - Taxa de retenção e desistência no ensino regular (%)

Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular			
	2009 / 2010	2010 / 2011	2011 / 2012
Portugal	7,9	7,5	9,9
Norte	6,2	6,1	8,4
Cávado	5,3	4,7	6,2
Braga	5,1	3,9	5,5
Vila Verde	7,3	5,9	11

Fonte: INE, 2015

[Alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/ Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo)*100]

A taxa de retenção e desistência tem aumentado gradualmente nos últimos anos letivos, tendência que é semelhante a nível nacional e a nível local. De salientar que face aos dados disponíveis verifica-se um aumento quase para o dobro, em Vila Verde, do ano letivo 2010/2011 para o ano 2011/2012.

Tabela 35 - Taxa de abandono escolar (%)

Taxa de abandono escolar		
	2001	2011
Portugal	2,79	1,58
Norte	3,49	1,45
Cávado	2,62	1,34
Braga	1,41	1,29
Vila Verde	4,44	1,69

[Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei.]

Fonte: INE, 2015

Os dados mais recentes da taxa de abandono escolar (2001-2011) permitem observar que Vila Verde tinha taxas superiores relativamente às taxas nacionais e do NUT Cávado. No entanto, esta diferença foi esbatida para ambos os indicadores no último ano de que há referência.

Tabela 36 - Taxa de analfabetismo, por sexo (%)

Taxa de Analfabetismo						
Anos	Total		Masculino		Feminino	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	9,0	5,2	6,3	3,5	11,5	6,8
Norte	8,3	5,0	5,5	3,2	10,9	6,6
Cávado	7,6	4,5	4,7	2,6	10,3	6,2
Braga	5,8	3,4	3,3	1,9	8,0	4,7
Vila Verde	11,9	7,3	7,6	4,5	15,8	9,9

[Definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.]

Fonte: INE, 2015

Os dados mais recentes da taxa de analfabetismo (2001-2011) permitem observar que Vila Verde tinha taxas substancialmente superiores relativamente às taxas nacionais e do NUT Cávado.

Tabela 37 - Projetos promovidos pelo município, 2014/2015

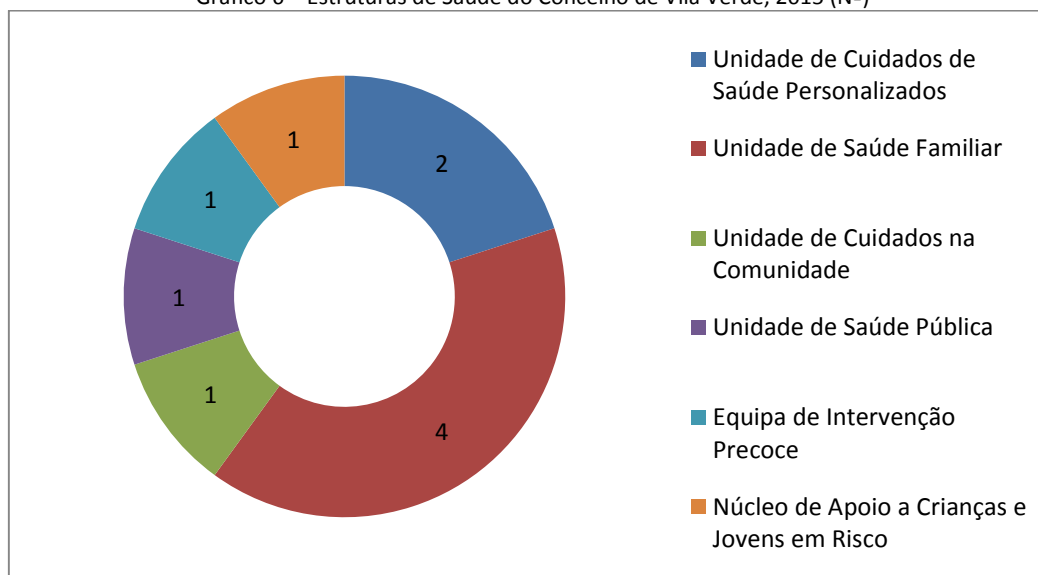
Estrutura	Projetos	Destinatários
Serviços de Educação do Município de Vila Verde	Projeto “Escola + Verde”	Alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico
	“Regime da Fruta Escolar”	
Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela	Projetos Diversos	
	Mobicurtas 3ª edição	
Casa do Conhecimento	Comemoração do Dia Mundial da Sociedade de Informação	Comunidade Escolar

Fonte: Município de Vila Verde, 2015

Saúde

Rede de Respostas e Equipamentos

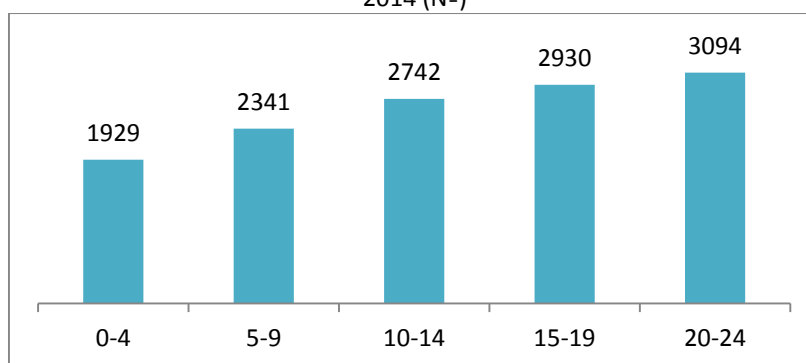
Gráfico 6 – Estruturas de Saúde do Concelho de Vila Verde, 2015 (Nº)



Fonte: ACES Gerês/Cabreira, 2015

O gráfico revela as estruturas que prestam serviços à população do concelho de Vila Verde. Todas elas integram o ACES Gerês/Cabreira cujos principais serviços/cuidados de saúde prestados à população infantojuvenil são: consultas de saúde infantil, vacinação, acompanhamentos na Equipa Local de Intervenção Precoce, acompanhamentos no Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco, apoio de psicologia, apoio de nutricionista e apoio de serviço social.

Gráfico 7 - Crianças e Jovens inscritos por grupo etário no ACES Gerês/Cabreira, concelho de Vila Verde 2014 (Nº)



Fonte: ACES Gerês/Cabreira, 2015

O número de utentes inscritos, com idade compreendida entre os 0 e os 24 anos, no ACES Gerês/Cabreira perfaz um total de 13036, verificando-se que quase a totalidade de utentes do concelho nesta faixa etária está inscrita em alguma unidade de saúde do concelho.

Tabela 38 - Número de Consultas por programa de Saúde, Centro de Saúde Vila Verde, 2014 (Nº)

Programa de vigilância	N.º de consultas	N.º de utilizadores
Programa específico CS	106.674	29.009
Planeamento Familiar	8.522	5.631
Saúde materna	2.684	620
Rastreio oncológico	14.606	8.845
Hipertensão	27.081	10.445
Diabetes	10.713	3.270
Saúde infantil	7.598	4.660
Total	177.878	62.480

Fonte: ACES Gerês/Cabreira, 2015

Destacam-se nesta tabela as consultas de planeamento familiar, saúde materna e saúde infantil importantes para o desenvolvimento saudável de crianças e jovens.

No âmbito da saúde preventiva, a Câmara Municipal nos últimos anos (entre Setembro de 2013 e julho de 2015) participou a vacina PREVENAR, nas suas 3 doses, a 845 crianças do concelho.

Tabela 39 - Projetos promovidos pela Unidade de Cuidados na Comunidade de Vila Verde, 2015

Estruturas de Saúde	Projetos	Destinatários
Unidade de Cuidados à Comunidade de Vila Verde	Programa Nacional de Saúde Escolar/ Saúde Individual e Coletiva/Inclusão Escolar/Ambiente Escolar	Comunidade Escolar
	Programa PRESSE – Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar	
	Plano Nacional de Saúde Oral - SOBE	
	Programa PASSE – Programa de Alimentação Saudável em Saúde Escolar	
	Projeto de Intervenção local para a prevenção de acidentes nas crianças, em colaboração com ACES Gerês/Cabreira	Utentes com problemas ligados ao álcool e famílias
	Consultas de PLA – Problemas Ligados ao Álcool	
	Consulta de Cessão Tabágica	Utentes com problemas ligados ao tabaco e famílias
	Programa de Trocas de Seringas	Utentes toxicodependentes
	Consulta Juvenil	Jovens
	Equipa Local de Intervenção Precoce	Crianças dos 0 – 6 anos
	Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco	
	Curso de Preparação para o Parto	Grávidas e parceiros
	Curso de Parentalidade	Futuros pais (a partir das 12 semanas da gravidez)
	Consulta de apoio ao Aleitamento Materno	Mães
Curso de Massagem Infantil	Bebés (até 12 meses) e cuidadores	
Projeto de Reabilitação Respiratória	Crianças com Patologias do Foro Respiratório	

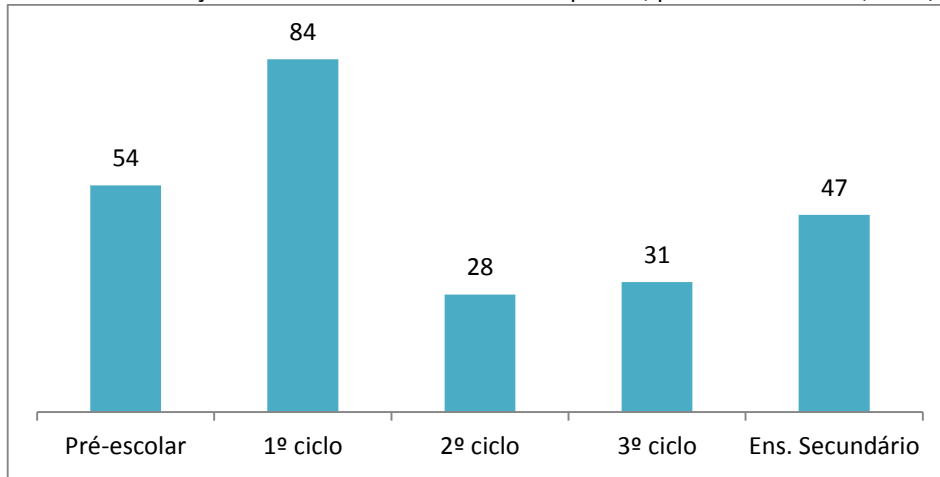
Fonte: ACES Gerês/Cabreira, 2015

A UCC referenciada desenvolve vários projetos no âmbito da saúde escolar, que procuram abranger as crianças e jovens dos diferentes níveis de ensino.

O apoio à maternidade e parentalidade estão também presentes nos projetos desenvolvidos, assim como a intervenção precoce junto das crianças e famílias sinalizadas.

Destacam-se ainda os projetos relacionados com as temáticas dos consumos de substâncias aditivas.

Gráfico 8 - Nº de Crianças com Necessidades de Saúde Especiais, por nível de ensino, 2014/2015



Fonte: ACES Gerês/Cabreira, 2015

Os serviços de saúde do concelho acompanham no total 244 crianças com necessidades de saúde especiais. Há uma maior prevalência em crianças que frequentam o 1º ciclo, seguidas das do pré-escolar, ensino secundário, 3º ciclo e, por fim, 2º ciclo.

Dependências

Tabela 40 - Distribuição dos utentes em tratamento por concelho de residência e por tipo de inscrição (Nº)

Tipo de Inscrição	Cávado	Vila Verde
Consulta de cessação tabágica	1	-
Consumo de outras substâncias psicoativas	942	58
Criança/Jovem em risco	26	6
Família	4	-
Ocasional	2	1
Outra patologia aditiva	1	-
Outra situação	8	-
Problemas ligados ao álcool	146	6

Fonte: CRI, 2015

O concelho de Vila Verde surge em segundo lugar entre os municípios que compõem o NUT Cávado na categoria de crianças e jovens em risco em acompanhamento pelo CRI de Braga.

Social

Caracterização Socioeconómica

Tabela 41 - População ativa, por sexo (Nº)

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	⊥ 2001	⊥ 2011	⊥ 2001	⊥ 2011
Portugal	⊥ 2.742.035	⊥ 2.603.574	⊥ 2.248.173	⊥ 2.419.793
Norte	⊥ 986.855	⊥ 924.308	⊥ 788.160	⊥ 831.757
Cávado	⊥ 105.304	⊥ 105.870	⊥ 88.139	⊥ 97.711
Braga	⊥ 44.809	⊥ 47.634	⊥ 40.385	⊥ 46.777
Vila Verde	⊥ 11.630	⊥ 11.744	⊥ 7.780	⊥ 9.496

[Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no círculo económico (empregados e desempregados).]

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

Verifica-se um aumento da população ativa no período compreendido entre 2001 e 2011. No entanto, estes dados não contemplam um período significativo no contexto socioeconómico do país (período entre 2012 e 2015) e que podem ter um impacto considerável neste tipo de indicador.

Tabela 42 - Taxa de emprego, por grupo etário, 2011 (Nº)

	Grupos etários					
	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+
Portugal	27,1	78,4	79,1	71,3	40,5	3,5
Norte	28,8	78,1	76,8	67,2	35,8	2,9
Cávado	29,4	80,3	79,5	70,7	37,1	2,8
Braga	25,9	79,3	81,5	75,3	39,7	3,3
Vila Verde	32,2	78,6	74,8	62,2	30,8	2,1

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

A taxa de emprego em Vila Verde é inferior ao nível nacional e do NUT Cávado, especialmente a partir dos 35 anos. Em contrapartida, esta taxa é maior entre os 15 e os 24 anos.

Tabela 43 - Percentagem do Poder de Compra, 2011

	Indicador per capita de Poder de Compra	Percentagem de Poder de Compra (%)
Portugal	100	100
Norte	89,2	31,21
Cávado	85,9	3,35
Braga	104,2	1,80
Vila Verde	64,3	0,29

[O Indicador per Capita do poder de compra traduz o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).]

Fonte: INE, 2015

Em 2011, o indicador *per capita* de poder de compra em Vila Verde situava-se nos 64,3, muito abaixo da região do norte, do NUT Cávado e de Braga.

Indicadores de pobreza e privação

Tabela 44- Taxa de desemprego por grupo etário, 2011

	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+
Portugal	⊥ 27,9	⊥ 12,4	⊥ 10,8	⊥ 12,0	⊥ 13,8	⊥ 0,4
Norte	⊥ 26,2	⊥ 12,7	⊥ 11,8	⊥ 14,2	⊥ 17,2	⊥ 0,3
Cávado	⊥ 23,5	⊥ 11,4	⊥ 10,4	⊥ 12,1	⊥ 15,8	⊥ 0,3
Braga	⊥ 26,6	⊥ 12,5	⊥ 10,8	⊥ 11,8	⊥ 15,3	⊥ 0,3
Vila Verde	⊥ 22,1	⊥ 11,7	⊥ 10,9	⊥ 12,4	⊥ 13,2	⊥ 0,0

[Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.]

Fonte: INE, 2015; PorData, 2015

No ano de 2011, Vila Verde tinha uma taxa de desemprego muito semelhante à do país, sendo no entanto inferior à do NUT Cávado e da região Norte.

Tabela 45 - Nº de inscrições no Centro de Emprego de Braga

	Total (em Dezembro)			Total (média anual)		
	2001	2011	2014	2001	2011	2014
Portugal	324.300	605.134	598.581	324.680,0	551.943,9	639.187,0
Norte	124.942	254.514	253.480	124.365,8	237.487,8	271.764,2
Cávado	11.370	24.617	23.897	10.862,9	21.764,0	25.309,6
Braga	6.287	12.336	12.363	6.075,3	10.958,9	13.443,9
Vila Verde	1.107	2.494	2.615	1.017,0	2.267,8	2.754,2

Fonte: IEF, 2015

O número de inscritos no Centro de Emprego, embora não corresponda à totalidade do número de pessoas desempregadas, apresenta uma tendência crescente especialmente sensível na última década.

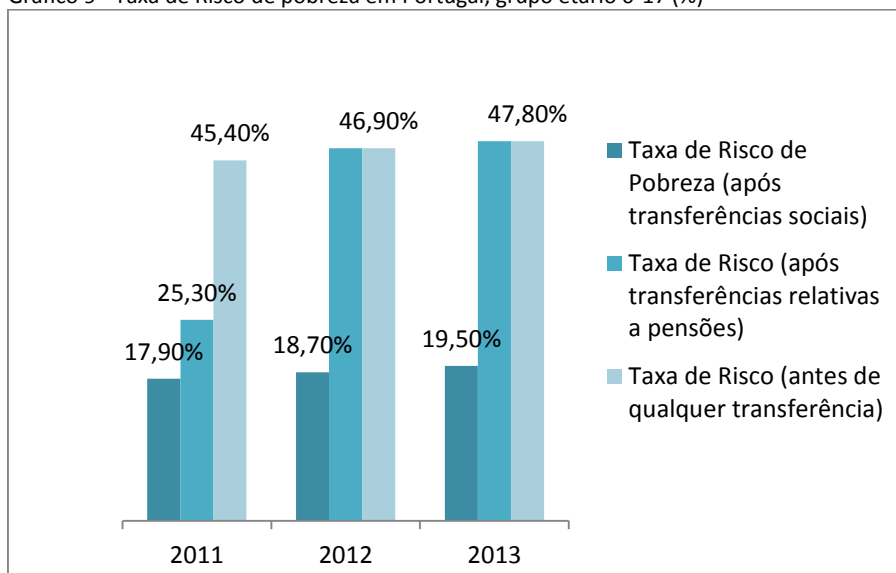
Tabela 46 - Nº de inscrições (média) no Centro de Emprego de Braga, por escalão etário, 2014

	Grupos etários				
	<25	25-34	35-44	45-54	55+
Portugal	-	-	-	-	-
Norte	35.516,5	51.762,2	58.273,3	67.836,1	58.376,1
Cávado	3.502,3	5.191,3	5.461,3	5.780,4	5.374,3
Braga	1.559,3	2.900,3	3.095,6	3.067,7	2.821,2
Vila Verde	424,7	598,3	622,9	635,0	473,3

Fonte: IEFP, 2015

Vila Verde, em 2014, contemplava um maior número de pessoas inscritas no Centro de Emprego no grupo etário compreendido entre os 45 e 54 anos, seguido do intervalo 35-44 anos e 25-34 anos. O grupo etário correspondente às pessoas com menos de 25 anos encontrava-se ligeiramente abaixo.

Gráfico 9 - Taxa de Risco de pobreza em Portugal, grupo etário 0-17 (%)

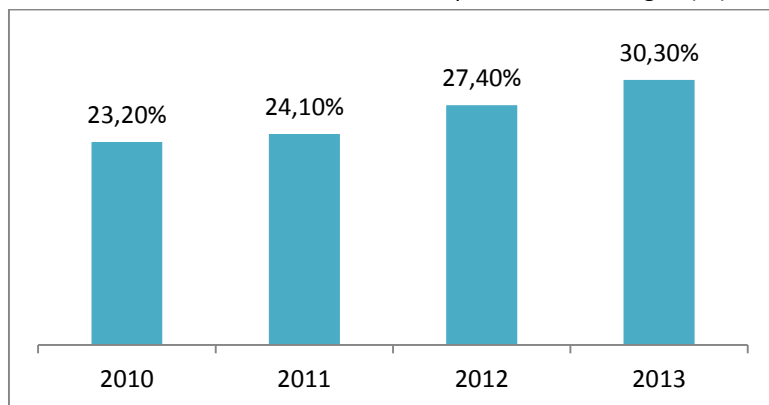


Fonte: PorData, 2015

[Proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza, o qual corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente. A taxa de risco de pobreza pode ser calculada: 1. Antes de qualquer transferência social, inclui rendimentos de trabalhos e outros rendimentos privados; 2. Após transferências relativas a pensões, inclui rendimentos de trabalhos e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência; 3. Após transferências sociais, inclui rendimentos de trabalhos e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais]

Os dados relativos aos indicadores de pobreza apontam para um aumento de intensidade e risco como se pode observar no gráfico 9 e gráfico 10. Este aumento pode ser justificado pela crise económica sentida nos últimos anos em território nacional.

Gráfico 10 - Taxa de intensidade de pobreza, Portugal (%)



[Diferença entre o rendimento mediano equivalente disponível de indivíduos abaixo do limiar de risco de pobreza e o limiar de risco de pobreza, expressa em percentagem deste limiar.]

Fonte: PorData, 2015

Violência doméstica

Tabela 47 - Situações de violência registadas, por agressor, 2014

	Companheiro/a	Cônjuge	Ex-companheiro/a	Ex-cônjuge	Ex-namorado/a	Filho/a
Amares	5	21	5	4	3	4
Braga	16	51	2	5	2	5
Barcelos	24	58	11	24	8	0
Esposende	11	38	3	8	2	4
Terras de Bouro	2	5	0	2	0	2
Vila Verde	11	45	2	9	8	6

Fonte: GNR, 2015

A possibilidade de comparar os dados de Vila Verde com os restantes concelhos do NUT Cávado permite estabelecer algumas conclusões relativamente à prevalência de formas de violência doméstica. Assim, Vila Verde é a região do NUT Cávado que surge em terceiro lugar com um maior número de situações registadas que envolvam como agressor o/a companheiro/a e o/a cônjuge. De referir que se encontra na segunda posição em situações perpetradas pelo/a ex-cônjuge e, ainda de maior relevância para o objetivo desta análise, este concelho surgiu em primeiro lugar em situações que envolveram agressores cuja idade possa remeter para uma população mais jovem, nomeadamente, ex-namorado/a e filho/a.

Tabela 48 - Situações de violência doméstica registadas, por tipologia, 2014

	Violência Física	Violência psicológica	Violência Económica	Violência Social
Amares	26	37	8	11
Braga	53	81	15	18
Barcelos	87	112	23	45
Esposende	48	54	10	13
Terras de Bouro	8	6	1	1
Vila Verde	56	58	10	11

Fonte: GNR, 2015

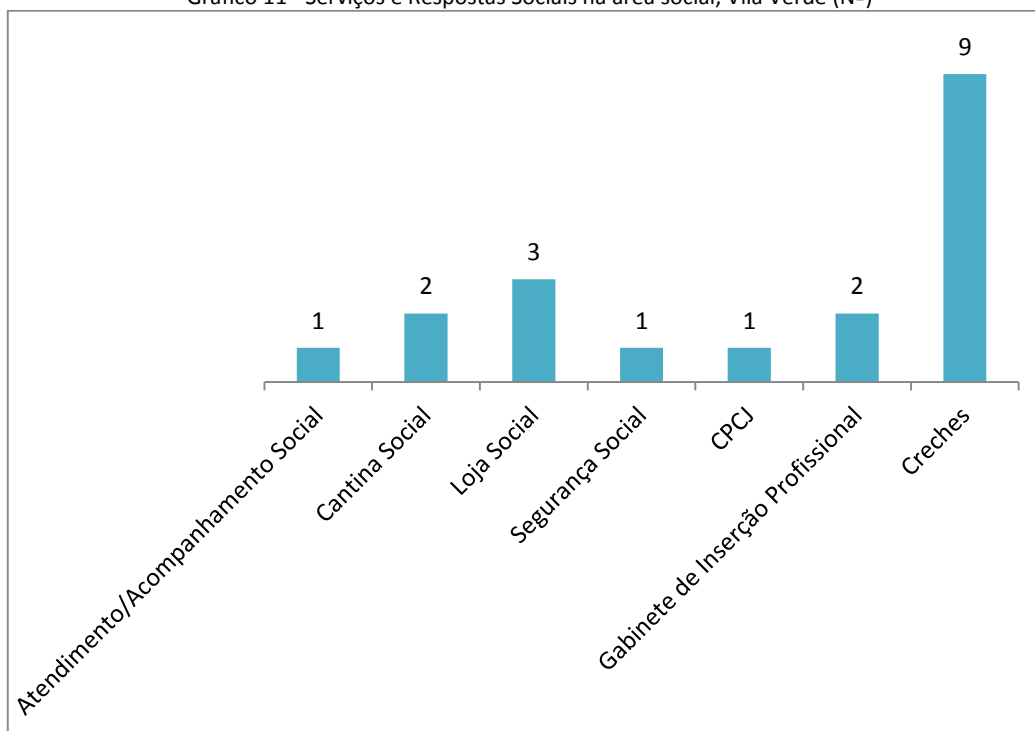
[Artigo 152º do Código Penal - Violência doméstica

1- Quem, de modo reiterado ou não, infringir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: ao cônjuge ou ex-cônjuge; a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação (...)]

No concelho de Vila Verde observa-se que a tipologia de violência doméstica predominante é a violência psicológica seguida da violência física.

Proteção Social

Gráfico 11 - Serviços e Respostas Sociais na área social, Vila Verde (Nº)



Fonte: Carta Social, 2012; Município de Vila Verde, 2015

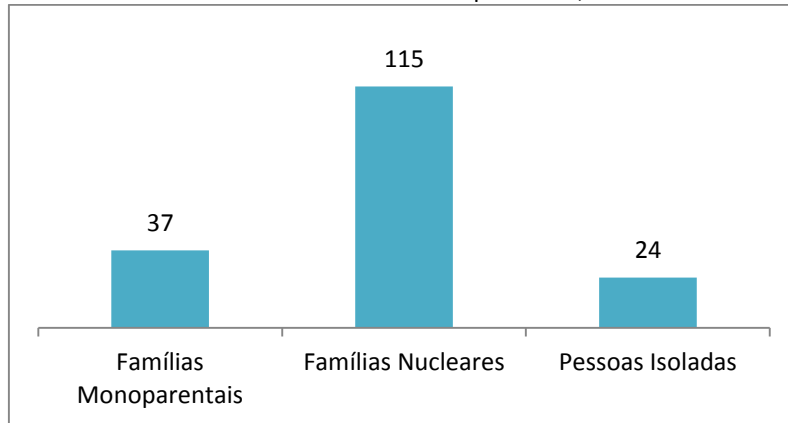
Tabela 49 - Acompanhamentos do Serviço de Ação Social da Câmara, 2014

Total de Elementos	562
Famílias	176
Menores	176

Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Vila Verde, 2015

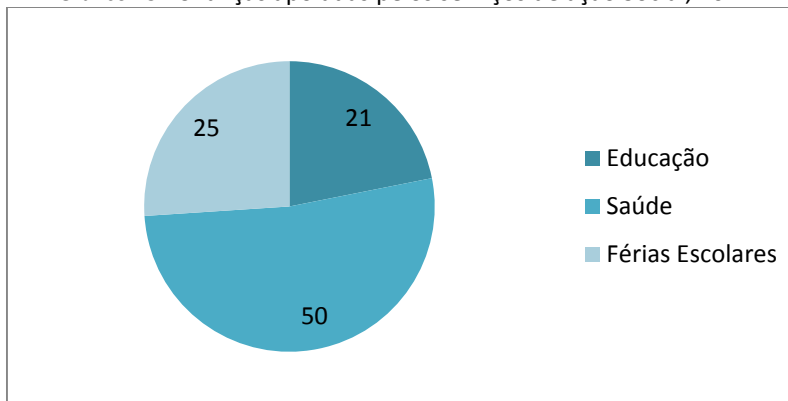
Os serviços de ação social do município acompanharam, no ano de 2014, um total de 176 famílias, sendo a maioria famílias nucleares, como se pode observar no gráfico 12.

Gráfico 12 - N.º famílias acompanhadas, 2014



Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Vila Verde, 2015

Gráfico 13 - Crianças apoiadas pelos serviços de ação Social, 2014

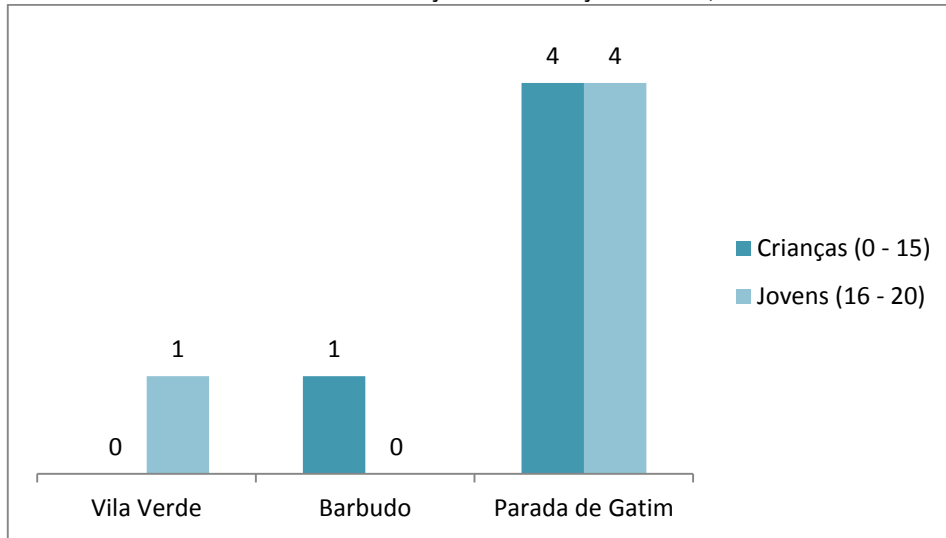


Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Vila Verde, 2015

Ao nível da infância e juventude os serviços de Ação Social intervêm sobretudo, segundo a sua informação:

- ao nível da educação o apoio prende-se com promover o acesso gratuito às refeições no jardim-de-infância, de alunos provenientes de estratos sociais desfavorecidos de modo a potenciar o seu desenvolvimento cognitivo e relacional e assegurar uma alimentação saudável e equilibrada.
- no que respeita à saúde o objetivo é promover o acesso à prática da natação a crianças portadoras de multideficiências, com vista ao desenvolvimento de competências a vários níveis, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de coordenação motora e do controlo respiratório.
- as férias escolares visam proporcionar hábitos saudáveis, culturais e desportivos e interrelacionais indispensáveis à formação integral das crianças e jovens; promover o desenvolvimento psíquico e afetivo das crianças provenientes de contextos familiares mais desfavorecidos, através da sua participação em colónias balneares, privilegiando o acesso a crianças em acompanhamento pela CPCJ e pela Segurança Social; promover o desenvolvimento pessoal e social das crianças e fomentar o sentido de entreajuda e convivência dos menores.

Gráfico 14 - Nº de Crianças em Habitações Sociais, 2014



Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Vila Verde, 2015

Como se constata facilmente pelo gráfico, verifica-se que o número de crianças e jovens, cujo agregado familiar vive em habitação social localizada nas respetivas freguesias, é um número residual face ao número total do concelho.

Tabela 50 - Nº de agregados familiares residentes no concelho de Vila Verde, com processamento de RSI em 2015 (Jan-Ago)

Concelho de Residência	Agregados Familiares (com processamento)
Vila Verde	72

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social, 2015

[Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares, apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.]

Até agosto de 2015 os dados recolhidos apontam para um total de 72 agregados familiares com processamento de RSI, sendo o maior número de agregados apoiados os agregados isolados seguindo-se o agregado nuclear com filhos, como se pode observar na tabela 51.

Tabela 51 - Nº de agregados familiares residentes no concelho de Vila Verde, com processamento de RSI em 2015 (Jan-Ago), por tipo de família

Tipo de Família	Agregados Familiares (com processamento)
Alargada	4
Outra	16
Isolado	21
Monoparental	9
Nuclear com filhos	18
Nuclear sem filhos	3
Total	72

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social, 2015

Tabela 52 - Nº de beneficiários residentes no concelho de Vila Verde, com processamento de RSI em 2015 (Jan-Ago) menores de 18 anos

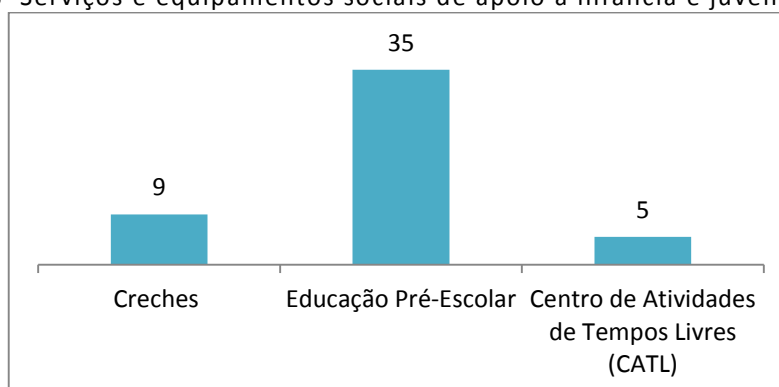
Escalão Etário	Beneficiários (com processamento)
<18 anos	78
Total	188

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social, 2015

O nº de crianças beneficiárias do RSI corresponde a 41,5% do total de beneficiários. Este é de longe o subgrupo etário mais numeroso. Se considerarmos os agregados familiares (ver tabela 51) onde existe presença de filhos a média é de 1,7.

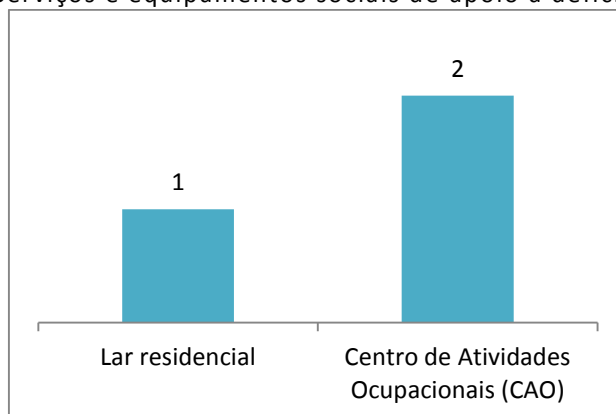
Rede de Serviços e Equipamentos de Apoio à infância e Juventude

Gráfico 15 - Serviços e equipamentos sociais de apoio à infância e juventude (Nº)



Fonte: Carta Social, 2012

Gráfico 16 - Serviços e equipamentos sociais de apoio à deficiência, (Nº)



Fonte: Carta Social, 2012

O concelho de Vila Verde dispõe de equipamentos para a 1ª Infância, creches e jardim de infância, para atividades de ocupação dos tempos livres e para crianças portadoras de deficiência.

A taxa de cobertura é satisfatória, embora exista uma grande concentração geográfica dos equipamentos nos grandes polos urbanos, à exceção os jardins de infância que se encontram distribuídos pelos concelho.

Não existe nenhum Centro de Acolhimento Temporário nem Lar de Infância e Juventude.

Projetos de Intervenção Social

Figura 2 - Participantes de etnia cigana no Projeto +Giro 5G



Fonte: Projeto +Giro E5G, 2015

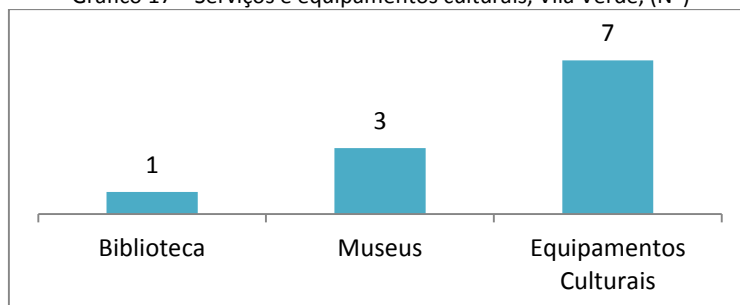
O Projeto +Giro E5G insere-se no Programa Escolhas. É um projeto de intervenção social, que procura criar novas oportunidades de desenvolvimento e de integração social para as crianças, jovens e suas famílias, maioritariamente de etnia cigana no concelho de Vila Verde. Este projeto, que se pretende de continuidade, tem como objetivos promover a igualdade de oportunidades, a coesão social, tendo subjacente a dimensão de combate à discriminação. Num contexto socioeconómico de grande vulnerabilidade, de baixa qualificação e alfabetização, elevado índice de desemprego, abandono escolar precoce, torna-se imperioso trabalhar a promoção da inclusão escolar e profissional, promovendo o emprego, a capacitação e o empreendedorismo dos jovens bem como a dinamização e promoção comunitária, apostando numa intervenção em diversas áreas carenciadas, através da mediação e da resolução de conflitos, em que dinamizador comunitário é a figura principal.

Os dados reportam-se a crianças de etnia cigana, embora o projeto tenha uma abrangência de carácter multicultural.

Cultura

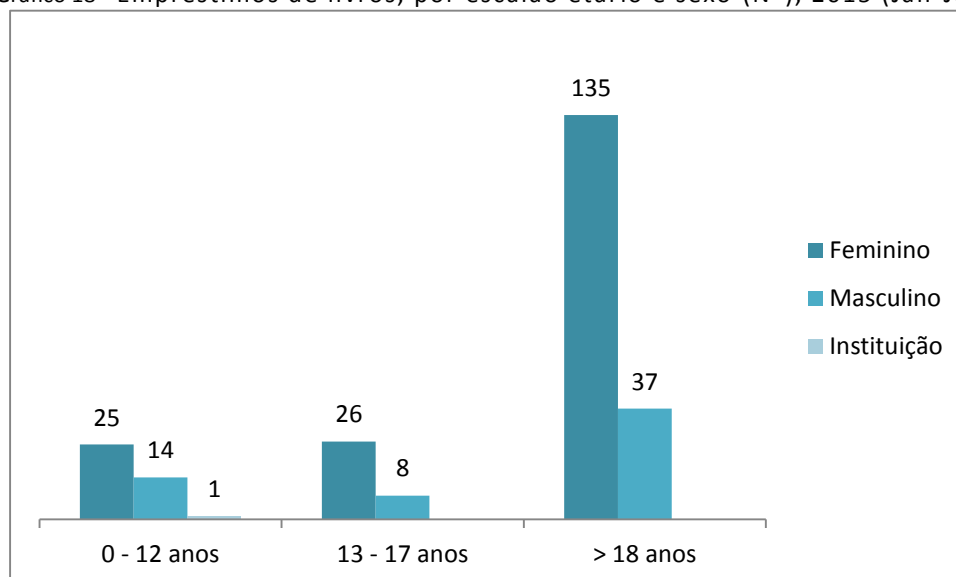
Públicos e equipamentos culturais

Gráfico 17 – Serviços e equipamentos culturais, Vila Verde, (Nº)



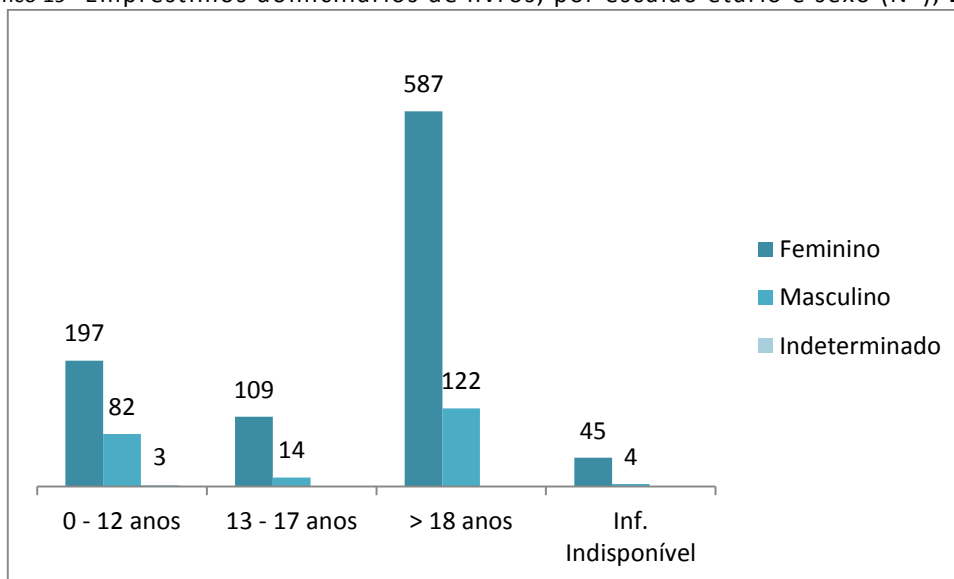
Fonte: Município de Vila Verde, 2015

Gráfico 18 - Empréstimos de livros, por escalão etário e sexo (Nº), 2015 (Jan-Jul)



Fonte: Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela, 2015

Gráfico 19 - Empréstimos domiciliários de livros, por escalão etário e sexo (Nº), 2015

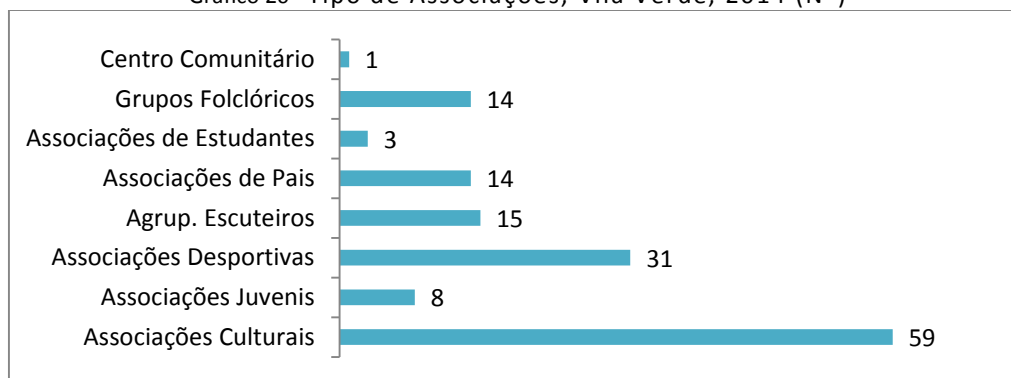


Fonte: Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela, 2015

Em Vila Verde os equipamentos culturais estão em crescimento, sendo prova disso as inaugurações da Casa do Conhecimento, prevista para breve, da Casa do Brinquedo e da Brincadeira, salão polivalente do Centro de Artes e Cultura, e do centro de Dinamização Artesanal, junto ao Espaço “Namorar Portugal”. A dinamização dos hábitos de leitura e das práticas de acesso à cultura poderão no futuro refletir a dinamização em curso.

Associativismo

Gráfico 20 - Tipo de Associações, Vila Verde, 2014 (Nº)



Fonte: Câmara Municipal de Vila Verde, 2015

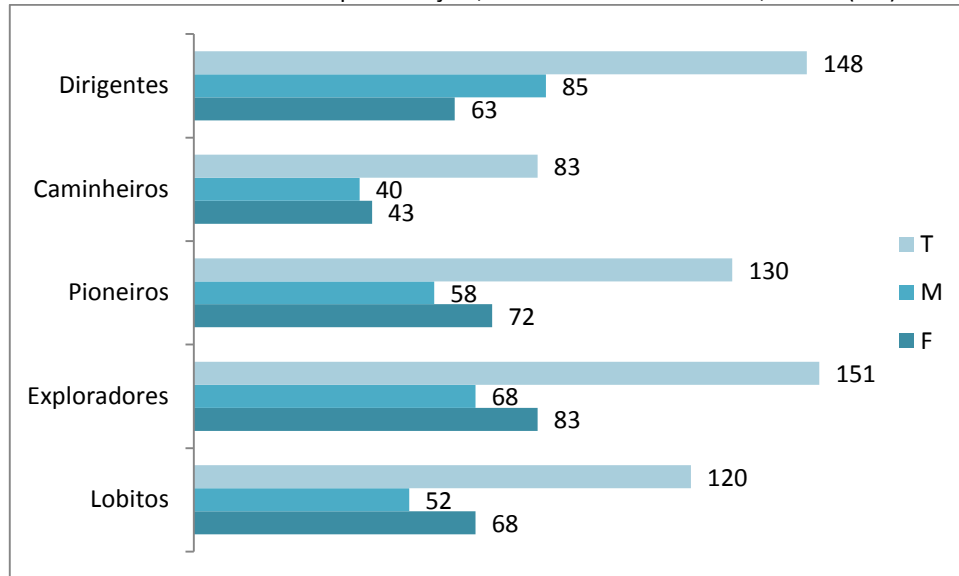
Verifica-se que em Vila Verde há uma forte cultura de associativismo existindo um grande número de associações culturais e desportivas seguidas dos agrupamentos de escuteiros, grupos folclóricos e associações de pais. Apesar das associações culturais e desportivas serem predominantes não existem dados que permitam aferir o número real de crianças e jovens que as possam frequentar.

Tabela 53 - Associações Juvenis Registadas na RNAJ, Vila Verde, 2014

Tipo de Associação	Designação
Associação Juvenil	Associação Cultural Recreativa Musical de Covas de Aboim
	Associação Recreativa Desportiva e Cultural de Goães
	Associação Cultural Recreativa Musical de Aboim
	Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Sande
	Clube Fontainha
	Associação J+
	Grupo de Jovens de Prado São Miguel

Fonte: IPDJ, 2015

Gráfico 21 - Escuteiros por Secção, Núcleo de Vila Verde, 2014 (Nº)



Fonte: Censos – Núcleo de Escuteiros de Vila Verde, 2015

Os agrupamentos de escuteiros abarcam um número elevado de crianças e jovens de todo o concelho, sendo o grupo dos exploradores com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos o que contém mais, seguido dos pioneiros (14-18 anos) e lobitos (6-10 anos).

Indicadores da CPCJ de Vila Verde

Indicadores Estatísticos mais Relevantes

Tabela 54 - Evolução do fluxo processual na CPCJ de Vila Verde

	2010	2011	2012	2013	2014
Processos:	180	204	160	216	174

Fonte: Relatório de atividades da CPCJ, 2015

O fluxo processual não foi linear no que respeita ao número de novas sinalizações, no entanto, evidencia-se que houve mais registos no ano de 2013.

Tabela 55 - Processos na CPCJ de Vila Verde por problemática, escalão etário, sexo e ano de sinalização

Idade	Problemáticas	2011		2012		2013		2014	
		M	F	M	F	M	F	M	F
0 - 2	Exposição a comportamentos que possam comprometer o desenvolvimento da criança	-	-	2	0	0	3	1	0
	Consumo de álcool	0	1	-	-	-	-	-	-
	Violência Doméstica	0	5	1	3	3	3	0	2
	Prática de Mendicidade	-	-	0	1	0	2	-	-
	Mau trato físico	2	0	1	0	-	-	-	-
	Mau trato psicológico	3	3	-	-	-	-	-	-
	Negligência	4	2	1	1	3	2	0	1
	Outra situação de perigo	6	0	1	2	-	-	1	2
	Abuso Sexual	-	-	-	-	1	0	-	-
	Aliciamento sexual	-	-	-	-	0	1	-	-
3 - 5	Consumo de Bebidas Alcoólicas	-	-	-	-	2	0	-	-
	A criança está abandonada ou entregue a si própria	-	-	-	-	-	-	0	1
	Comportamentos graves antissociais e/ou indisciplina	-	-	-	-	-	-	1	0
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o desenvolvimento da criança	-	-	4	3	2	1	1	0
	Violência Doméstica	2	2	2	1	8	6	3	3
	Prática de Mendicidade	-	-	-	-	1	0	-	-
	Mau trato físico	1	1	0	2	1	0	1	0
	Mau trato psicológico	3	3	1	1	-	-	0	1
	Privação de relações afetivas e contactos sociais	-	-	2	0	-	-	-	-
	Negligência	2	3	3	1	4	2	2	0
6 - 10	Outra situação de perigo	1	2	1	1	-	-	1	2
	Abuso Sexual	-	-	0	1	-	-	-	-

	Abandono após os 6 meses de vida	-	-	0	1	-	-	-	-
	Comportamentos graves antissociais e/ou indisciplina	1	0	-	-	-	-	-	-
	Comportamentos graves antissociais e/ou indisciplina	1	0	-	-	-	-	1	0
	A Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	-	-	3	1	-	-	-	-
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o desenvolvimento da criança	1	0	2	2	4	1	1	4
	Consumo de álcool	0	1	-	-	-	-	1	0
	Prática de Mendicidade	-	-	1	0	-	-	-	-
	Violência Doméstica	1	0	2	5	6	15	5	3
	Mau trato físico	3	3	0	2	0	2	0	2
	Mau trato psicológico	2	5	-	-	1	0	1	0
	Privação de relações afetivas e contactos sociais	-	-	-	-	1	1	-	-
	Negligência	6	3	2	4	3	2	5	3
	Negligência ao nível da educação	-	-	1	0	-	-	1	0
	Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	-	-	-	-	-	-	0	1
	Outra situação de perigo	5	3	4	0	2	2	0	2
	Abandono escolar	1	2	2	1	3	0	-	-
	Absentismo escolar	-	-	3	0	-	-	0	2
	Abuso Sexual	0	1	1	0	0	1	0	2
	Violação ou outro ato sexual	-	-	-	-	1	1	-	-
	Abandono após os 6 meses de vida	-	-	1	0	-	-	-	-
	A criança está abandonada ou entregue a si própria	-	-	-	-	0	1	-	-
	Ausência temporária de suporte familiar ou outro	-	-	-	-	-	-	0	2
11 – 14	A Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	0	1	2	0	0	1	2	3
	Comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina	1	0	1	0	3	0	-	-
	Consumo de Bebidas Alcoólicas	1	0	-	-	1	0	-	-
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o desenvolvimento da criança	2	0	4	2	2	0	2	0
	Consumo de álcool	-	-	-	-	1	1	3	0

Violência doméstica	2	2	3	3	9	9	8	4
Prática de Mendicidade	-	-	1	0	-	-	-	-
Mau Trato Físico	1	1	2	2	3	1	-	-
Mau Trato psicológico	6	5	1	2	1	1	-	-
Privação de relações afetivas e contactos sociais	-	-	-	-	1	0	0	1
Negligência	3	5	2	0	2	1	3	1
Negligência ao nível da educação	-	-	-	-	-	-	3	0
Negligência ao nível da saúde	-	-	0	1	-	-	-	-
Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	2	0	-	-	1	0	0	1
Outras situações de perigo	3	6	3	3	3	1	4	1
Abandono Escolar	0	2	2	1	2	1	0	2
Absentismo escolar	1	0	1	1	3	4	0	1
Insucesso Escolar	-	-	-	-	1	0	1	0

A Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

Bullying	-	-	2	0	-	-	2	3
Comportamentos graves antissociais e/ou indisciplina	-	-	0	1	1	0	2	1
Consumo de Estupefacientes	-	-	1	0	1	0	-	-
Consumo de Bebidas Alcoólicas	-	-	-	-	-	-	0	1
Exposição a comportamentos que possam comprometer o desenvolvimento da criança	1	1	0	4	-	-	-	-
Violência Doméstica	-	-	1	2	4	9	2	4
Mau trato físico	-	-	-	-	-	-	1	0
15 – 17 Mau Trato psicológico	0	1	2	2	-	-	1	1
Depreciação/humilhação	-	-	-	-	-	-	1	0
Exercício Abusivo da Autoridade	-	-	1	0	-	-	-	-
Negligência	0	3	1	1	2	1	0	1
Negligência ao nível da saúde	-	-	-	-	-	-	0	1
Negligência ao nível da educação	-	-	-	-	-	-	0	1
Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	-	-	-	-	1	0	-	-
Prática de facto qualificado pela Lei como crime	-	-	1	0	-	-	-	-
Situação de perigo em que esteja em causa o direito à educação	-	-	1	0	-	-	-	-
Outras situações de perigo	1	3	-	-	2	1	1	6
Abandono Escolar	1	2	1	0	4	3	5	4
Absentismo escolar	-	-	-	-	15	4	10	2
Insucesso Escolar	-	-	1	0	1	1	-	-

A Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada		-	-	-	-	-	-	1	0
18 - 21	Violência Doméstica	-	-	-	-	-	-	0	1
	Mau trato psicológico	-	-	-	-	-	-	0	1
	Negligência	0	1	-	-	-	-	-	-
	Abandono escolar	-	-	-	-	-	-	1	1
	Absentismo escolar	-	-	-	-	-	-	2	2

Fonte: CNPCJR - Aplicação informática de apoio às CPCJ – dados da CPCJVV, 2015

Observando a prevalência das problemáticas das situações de perigo por escalão etário, no período entre 2011 e 2014, verifica-se que:

1. Dos 0 aos 5 anos - violência doméstica e negligência;
2. Dos 6 aos 10 anos – violência doméstica e negligência (proximamente seguidas de situações de mau trato);
3. Dos 11 aos 14 anos – violência doméstica, outras situações de perigo, negligência e mau trato psicológico;
4. Dos 15 aos 17 anos – absentismo escolar, violência doméstica e abandono escolar;
5. Dos 18 aos 21 anos – absentismo e abandono escolar.

Tabela 56 - Entidades sinalizadoras de situações de perigo

Entidades Sinalizadoras				
	2013	2014	Até outubro de 2015	Total no triénio
Atendimento dos Serviços de Segurança Social	2	1	-	3
Autarquia	1	1	-	2
Autoridade Policial	39	35	45	119
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	6	9	6	21
Estabelecimentos de Ensino	57	60	20	137
Estabelecimentos de Saúde	3	9	4	16
IPSS	2	-	3	5
Mãe, Pai e Familiares	21	19	31	71
Ministério Público	20	6	7	33
Projetos	2	-	-	2
Sem Informação	33	25	10	68
Vizinhos e Particulares	8	6	5	19

Fonte: CPCJ de Vila Verde, 2015

No total do triénio observa-se que as entidades que mais sinalizam são os estabelecimentos de ensino, seguidos da autoridade policial.

Tabela 57 - Situação Económica das Famílias em Acompanhamento

	Situação Económica das famílias	
	Com rendimento Precário*	Com rendimento Estável
Famílias em acompanhamento em outubro de 2015	25,5 %	74,5 %

* Inclui as famílias com rendimentos precários, sem rendimentos e beneficiárias de RSI

Fonte: CPCJ de Vila Verde, 2015

Das famílias acompanhadas com processo de promoção e proteção verifica-se que aproximadamente um quarto do total não tem um rendimento estável.

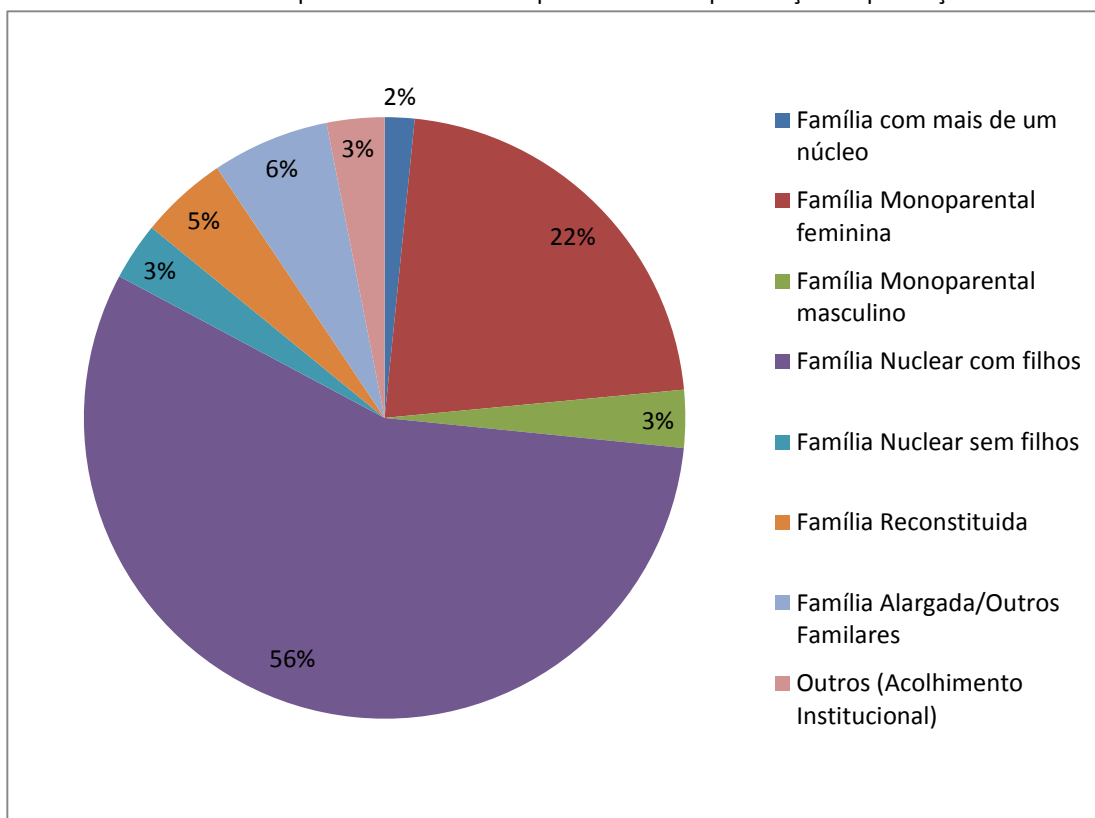
Tabela 58 - Tipo de famílias dos processos de promoção e proteção

Tipo de famílias dos processos de promoção e proteção	Famílias em acompanhamento em outubro de 2015 (%)
Família com mais de um núcleo	1,6
Família Monoparental feminina	21,9
Família Monoparental masculino	3,1
Família Nuclear com filhos	56,2
Família Nuclear sem filhos*	3,1
Família Reconstituída	4,7
Família Alargada/ Outros Familiares	6,3
Outros (acolhimento residencial)	3,1

* Menores que residem com irmãos

Fonte: CPCJ de Vila Verde, 2015

Gráfico 22 - Tipo de famílias dos processos de promoção e proteção



Fonte: CPCJ de Vila Verde, 2015

A tipologia de família que mais prevalece é a família nuclear com filhos, seguindo-se a família monoparental feminina, e com menos frequência a família alargada e/ou outros familiares.

“Brainstorming” da Comissão Restrita

A par dos indicadores estatísticos, foi sentida a necessidade de refletir e partilhar impressões que os dados estatísticos não conseguem refletir, mas que vão sendo sentidos e evidenciados ao longo do acompanhamento das situações de perigo nos processos de promoção e proteção. Assim, propôs-se a realização de um *brainstorming* com os técnicos da Comissão Restrita.

A tabela seguinte espelha, de forma sintetizada, o fruto desse exercício.

Fatores de Risco	<ul style="list-style-type: none">- dependência emocional e financeira das mulheres;- cultura de pouca emancipação das mulheres;- fraca rede de transportes e respetivos horários;- práticas parentais desadequadas e desajustadas;- apenas respostas pontuais para a formação parental;- ausência de apoio psicológico gratuito alargado;- ausência de resposta para mulheres vítimas de violência doméstica;- ausência de atividades de ocupação de tempos livres em determinadas zonas e para determinadas idades;- sem alternativas escolares para situações de insucesso escolar;- elevado alcoolismo;- ausência de conhecimento sobre algumas realidades (consumos e pequenos delitos nos jovens);- comunidade cigana com integração difícil advinda da própria cultura, condições habitacionais e/ou falta de emprego;- desconhecimento dos técnicos da saúde face a algumas temáticas e do seu próprio papel ao nível da promoção e proteção;- sentimento/auto perceção de incapacidade face à resolução de problemas;
Fatores de Proteção	<ul style="list-style-type: none">- boa articulação com a GNR, mas passível de melhorar;- boa articulação com os diferentes serviços do Município;- boa articulação com a rede escolar do concelho;
Prioridades	<ul style="list-style-type: none">- reforço da auto estima da mulher;- concretização do projeto CLIC;- articular com o projeto +Giro E5G no sentido de melhorar o conhecimento da realidade das comunidades ciganas e casos de sucesso para possível replicação;- personalização de um guião para os profissionais de saúde e outros parceiros da 1ª linha para (in)formação e eventuais sinalizações;

Limitações

Ao longo da realização deste diagnóstico social foram sentidas algumas dificuldades no acesso a alguns dados, nomeadamente:

- ausência de indicadores da Segurança Social relativos ao abono de família (embora se aguarde a sua disponibilização);
- ausência de indicadores recentes e atualizados em diversas áreas;
- inexistência de alguns indicadores locais, podendo ter como explicação o facto de não haver uma análise dos mesmos;
- ausência de colaboração de alguns intervenientes locais na cedência de dados;
- ausência de mais dados sobre as minorias étnicas e dados de crianças e jovens com deficiência;
- ausência de indicadores do Tribunal de Família e Menores de Braga na área de crianças e jovens em perigo e na área tutelar cível.

Estas limitações não permitem um olhar totalmente abrangente sobre a realidade social da infância e juventude, contudo, este diagnóstico social manter-se-á em aberto, pelo que pode e deve ser atualizado ao longo do tempo sempre que surjam novos dados e indicadores.

Capítulo 2 - Reunião da Comissão Alargada com Convidados

Perspetiva dos Intervenientes Sociais

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde, na sua versão Alargada, convidou para uma reunião de trabalho, que se realizou no dia 20 de maio de 2015, um significativo conjunto de interventores sociais do concelho que atuam nos mundos sociais da infância, abrangendo diretores de escola, responsáveis de serviços públicos, dirigentes e técnicos de instituições particulares de solidariedade social e de outras organizações sociais, profissionais e outros técnicos especializados.

O objetivo da reunião consistia no debate sobre o diagnóstico do estado de aplicação dos Direitos da Criança no município.

Num primeiro momento, foram divulgados alguns dados caracterizadores da realidade social do município, sendo apresentados indicadores relativos a aspetos demográficos (índice sintético de fecundidade: 1,05; taxa de fecundidade: 29.4; taxa de natalidade: 7,3; e taxa de crescimento populacional – negativa); aspetos educacionais (elevada cobertura escolar da população infantojuvenil, com taxa bruta de escolarização muito próxima dos 100% no grupo 0-18 anos, mas com persistência, na população adulta, de uma baixa escolaridade ou mesmo ausência de escolaridade – a taxa de analfabetismo de 8% é o dobro da taxa de formação superior); aspetos sociais (taxa de desemprego e taxa de risco da pobreza dentro da média nacional); aspetos relativos à proteção (relativa estabilidade no número de processos abertos pela CPCJ, com crescimento dos casos de violência familiar).

A partir desses indicadores sociais, o debate entre todos os intervenientes assinalou como aspetos mais consistentes e favoráveis numa política de proteção e promoção de direitos a disponibilidade social e das instituições para a defesa dos direitos das crianças, a cobertura educacional atingida no concelho e o sentido de envolvimento e cooperação coletiva.

Como aspetos mais críticos foram assinalados os seguintes:

1. A violência doméstica tem indicadores de persistência e continuidade preocupantes, sendo necessário considerá-la nas suas raízes sociais, de base estrutural mas também conjuntural: persistência de concepções patriarcais; prevalência de taxas elevadas de alcoolismo; desestruturação decorrente de situações de pobreza e desemprego.
2. O baixo nível de escolarização da população adulta e, em especial das mães, é um fator que desfavorece a disseminação de uma cultura de direitos e acentua comportamentos

atávicos e a persistência de orientações e valores desajustados a uma ética de respeito pelas crianças.

3. A existência de discontinuidades e desigualdades de desenvolvimento em várias áreas do concelho (nomeadamente as estritamente rurais e os núcleos urbanos), obriga a ações diferenciadas, considerando as diferentes situações e contextos.
4. Apesar da elevada taxa de escolarização, persistem fenómenos de insucesso escolar e educativo, que deverão ser encarados coletivamente, de modo a poder garantir-se uma efetiva igualdade de oportunidades educacionais.
5. Os direitos da criança são também afetados por aspetos inerentes à difusão das formas culturais globais em que as crianças estão inseridas, nomeadamente no âmbito das tecnologias de informação, dos jogos eletrónicos e da indústria de entretenimento, que colocam desafios relativos à segurança das crianças, aos seus estilos de vida e à qualidade dos espaços físicos e institucionais de lazer.
6. As questões urbanísticas e ambientais não são tão críticas no município como noutros concelhos urbanos maiores, mas não deixa de ser necessário referenciar aspetos relativos à qualidade ambiental, às acessibilidades e à mobilidade urbana, enquanto fatores configuradores da vivência satisfatória do espaço.
7. A problemática do abuso sexual de crianças, não tendo sido visibilizada como crítica até recentemente, apresenta atualmente alguns aspetos mais preocupantes, considerando a emergência de situações recentes.
8. A intervenção junto de alguns públicos específicos exige uma atenção redobrada, nomeadamente as crianças de minorias étnicas em situação de isolamento ou de exclusão, a situação das crianças com progenitores emigrados e as crianças portadoras de deficiência.

Todos estes aspetos críticos foram sinalizados e analisados, tendo sobressaído, de entre os princípios e as propostas de intervenção os seguintes vetores:

1. A CPCJ só poderá concretizar adequadamente a sua missão se a sua ação específica for enquadrada no âmbito mais geral da intervenção social transformadora das condições que inibem os direitos das crianças, nomeadamente as que resultam dos baixos níveis de escolarização, das fraturas sociais e das limitações ou atropelos das responsabilidades familiares, e se, nessa ação, forem clarificadas as escalas de intervenção, os níveis de responsabilidade e a diferenciação das tarefas.
2. As crianças não poderão ser consideradas apenas como destinatárias das medidas de intervenção, mas, no âmbito dos direitos de participação, devem ser assumidas como interventores ativos. Em especial, como o demonstram inúmeros projetos e práticas

consolidadas, as crianças podem ser mobilizadas como agentes de transformação social, junto das famílias e das comunidades, nomeadamente em domínios como a educação, a cultura, o ambiente e a saúde.

3. O movimento associativo e a intervenção das organizações não-governamentais, nomeadamente as que envolvem crianças e jovens, são estratégicos no desenvolvimento de uma cultura de direitos e na promoção da cidadania ativa das gerações mais novas.
4. A família desempenha um papel central na educação, proteção e socialização das crianças e jovens. A intervenção junto de e com as famílias, na diversidade das formas de agrupamento familiar e de práticas de educação parental, torna-se decisiva na promoção dos direitos da criança e na criação de uma cultura de proteção. A par dos programas mais tradicionais de intervenção familiar, nomeadamente as modalidades de educação de competências parentais, é necessário encontrar formas imaginativas de intervenção familiar que preservem e promovam o direito à família e previnam o maltrato intrafamiliar e a violência doméstica.
5. A qualificação dos serviços e instituições que intervêm junto das crianças é indispensável, o que passa por disponibilização de ações de formação e qualificação em serviço de técnicos e profissionais, pelas atividades de investigação e difusão de conhecimento sobre as práticas, pela disseminação de metodologias inovadoras e de boas práticas e pela criação de dispositivos participativos de avaliação e de prestação de contas.

Em todos estes domínios, a CPCJ tem um papel decisivo de catalisadora, de dinamizadora, de facilitadora e de charneira, seja como promotora ou como parceira, na sua qualidade de entidade local e comunitária de promoção e proteção dos direitos das crianças.

Capítulo 3 - Assembleia de Crianças e Jovens de Vila Verde

Relatório da Assembleia Infantojuvenil³

Tal como referido anteriormente, foi realizada uma assembleia de crianças e jovens como exercício de participação e de fonte de informação. Descrevem-se de seguida as etapas organizativas da atividade, bem como uma súmula das intervenções.

1ª Etapa:

Convite às escolas, endereçado via email aos respetivos diretores, datado de 11 de maio de 2015, solicitando a colaboração no sentido de reunirem as condições necessárias para a realização de uma Assembleia/Fórum de Crianças e Jovens de Vila Verde, a realizar-se no dia 27 de maio, pelas 14.30h, no Salão Nobre do Município de Vila Verde, constituída por dois representantes de cada ano de escolaridade, incluindo o ensino pré escolar. Solicitação de seleção e indicação de crianças/jovens para direção da sessão.

Aderiram os Agrupamentos de Escolas de Vila Verde, Moure e Ribeira do Neiva, Prado e Escola Profissional Amar Terra Verde, com a participação de 59 crianças e jovens, entre os 6 e os 17 anos.

O Sr. Diretor da Escola Secundária declinou o convite, manifestando a indisponibilidade dos alunos, via email, justificando que os alunos terminariam, nessa data, o seu horário às 13h25 e os professores encontrar-se-iam em Reunião Geral de Professores para a preparação dos exames nacionais.

2ª Etapa:

Planificação da sessão: criação do guião (anexo I).

3ª Etapa:

Deslocação da Representante do MEC na CPCJ às escolas para preparação das crianças/jovens selecionados pelas escolas participantes para dinamização do fórum, a saber:

- uma aluna da EPATV (1º ano do curso profissional de cozinha); dois alunos do Agrupamento de Escolas de Prado (8º ano); um aluno do Agrupamento de Escolas de Moure e Ribeira do Neiva (8º ano); e um aluno do Agrupamento de Escolas de Vila Verde (curso vocacional).

4ª Etapa:

³ Relatório redigido pela Prof. Ana Cristiana Oliveira, representante do MEC à data.

Realização da Assembleia – Foi preparado previamente o Salão Nobre do Município, onde foram expostos cartazes alusivos à Convenção dos Direitos da Criança com imagens da UNICEF ilustrativas dos principais direitos da criança.

A sessão teve início com o visionamento do vídeo **“Prevenir com a Comunidade - Direitos das crianças - CPCJ Sines”**, seguido da apresentação da questão chave: **“Estão criadas as condições necessárias para que as crianças sejam felizes, em Vila Verde?”/“ E vocês, os mais novos, são felizes, em Vila Verde?”**

Estiveram presentes alguns professores e educadores, bem como pais (cerca de 4) das crianças participantes (as crianças foram consultadas no sentido de os adultos poderem assistir, já que não estava previsto).

Resumo das intervenções das crianças e jovens (ver anexo II):

Na **1ª ronda**, as crianças/jovens mencionaram diversos aspetos relacionados com os direitos fundamentais das crianças e jovens do concelho: o direito à família, à educação, à alimentação, à igualdade de oportunidades, à não discriminação, à saúde, ao afeto, à participação, o direito de exprimir a sua própria opinião; mencionaram a importância da construção de espaços de lazer e brincadeira para as crianças do concelho, tais como, parques infantis obedecendo a condições de segurança; a violência doméstica e os maus tratos a crianças também foram apresentadas como problema social/familiar que preocupa a maioria das crianças e dos jovens participantes.

Na **2ª ronda**, menos participada, as crianças e os jovens centraram-se em questões relacionadas com a criação de empregos, descida dos preços, redução dos impostos, construção de hospitais, apoio aos sem abrigo (...)

Questão chave: - **“Estão criadas as condições necessárias para que as crianças sejam felizes, em Vila Verde?”/ “E vocês, os mais novos, são felizes, em Vila Verde?”**

- dever de audição das crianças menores de 10 anos, em acompanhamento na CPCJ;
- mais segurança nas ruas para prevenir os raptos de crianças;
- os pais devem estar atentos aos sinais de maus tratos aos filhos e denunciarem às autoridades;
- todas as crianças deveriam ter saúde;
- as pessoas podiam sorrir mais, pois punham a “freguesia” mais alegre;
- importância de as crianças com deficiência terem os mesmos direitos que as outras crianças;
- devem ser retirados os filhos aos pais que os maltratam (2);
- criação de mais programas de solidariedade para as crianças;

- todas as crianças, em Vila Verde, deveriam ter casa;
- em caso de separação dos pais, as crianças (filhos) deveriam poder escolher, em Tribunal, com quem queriam ficar;
- todas as crianças deviam ter comida;
- “todas as crianças, mesmo com cor negra, devem ter os mesmos direitos”;
- devem ser criados mais espaços de recreio e lazer;
- devem ser criados mais lares para crianças sem família;
- devem ser criadas mais bibliotecas;
- devem ser criadas mais escolas, com recursos e instalações especiais para alunos com deficiência;
- todas as crianças sem família têm direito a ser adotadas;
- os pais devem passar mais tempo com os filhos;
- os filhos devem falar mais com os pais;
- devem ser criados mais centros de acolhimento em vila verde (...)

A mesa fez o ponto da situação e decidiu apresentar uma nova questão chave: “Se fosses presidente da Câmara de Vila Verde, o que farias ou que medidas tomarias para que todas as crianças se sentissem melhor em Vila Verde?”

- mandava construir hospitais para as pessoas que precisam de cuidados e casas de abrigo, com roupa e alimentação para alojar as pessoas que vivem na rua;
- baixava os preços das coisas, punha tudo mais barato;
- aumentava os empregos e a proximidade às residências das pessoas;
- criava mais escolas de música;
- abria escolas de música para as crianças desfavorecidas poderem aprender a tocar piano, violino, etc.;
- baixava os impostos;
- criava mais centros de emprego.

No final, a CPCJ entregou certificados de participação a todas as crianças.

Capítulo 4 - Síntese

Intervenção Face ao Risco: recursos, problemáticas e prioridades

A fim de facilitar as leituras intercruzadas dos aspetos mais relevantes de toda a informação anteriormente exposta pelas diferentes fontes, foi elaborado um quadro-síntese assente em três parâmetros básicos: **Recursos/Fatores de proteção, Problemáticas Sociais/ Fatores de risco e Prioridades.**

Tabela 60 - Quadro Síntese

		Indicadores Sociais	Agentes da Comunidade	Crianças	CPCJ
Recursos /Fatores de proteção	Escolaridade	100% escolaridade 0-18 anos	Elevada escolaridade	---	
	Sensibilização social	Existência de ações e parcerias entre serviços	Qualidade das instituições sociais	---	Interações positivas com os diversos serviços do Município e com a GNR
	Proteção social	Estruturas suficientes de resposta às famílias ao nível social, educação e saúde	---	---	
	Dinamismo social	Elevado número de associações sociais, culturais e recreativas	Forte movimento associativo	---	---

Problemáticas Sociais / Fatores de risco	Pobreza	Dentro da média nacional	Desestruturação familiar decorrente da pobreza e desemprego	Falta de respostas para os sem-abrigo	25,5% das famílias em acompanhamento na CPCJ de Vila Verde têm rendimentos precários
	Desemprego	Dentro da média nacional		Necessidades de maiores ofertas de emprego local	
	Violência	Maior incidência local de situações que envolvam violência perpetrada pelas camadas mais jovens	Situações recentes de abuso sexual contra crianças	Atenção dos pais aos filhos em situações de <i>Bullying</i>	Elevado número de situações de violência doméstica remetidas pelas forças policiais
	Fatores de Perturbação Familiar	Insuficiência nas respostas ao nível da parentalidade positiva e mediação familiar	Violência doméstica Falta de supervisão parental	Violência doméstica Maus tratos	Desinvestimento das famílias numa parentalidade positiva, por desconhecimento e crenças desajustadas
	Comportamentos aditivos	Ausência de informação sobre consumos de drogas	Alcoolismo	---	Ausência de informação sobre consumos de drogas
	Fatores de escolaridade	8% Analfabetismo	Baixa escolaridade das mães Insucesso escolar	---	Absentismo e abandono escolar crescente a partir dos 15 anos
	Fatores territoriais	Dispersão geográfica de algumas freguesias em relação à sede de concelho	Desigualdades de desenvolvimento espaço urbano – espaço rural Aspetos ambientais, urbanísticos e de mobilidade	---	Dispersão geográfica que pode dificultar a intervenção próxima das famílias - fraca rede de transportes
	Fatores culturais	Atividades para crianças e jovens quase exclusivamente na sede de concelho	Dependência das TIC e jogos eletrónicos	Ausência de respostas nas freguesias (ex.: escolas de música)	- Falta de atividades ocupacionais e extra curriculares em algumas freguesias

Prioridades	Articulação interinstitucional	Mais articulação com a rede social	Intervenção integrada e estruturante (escolaridade, inclusão social, etc.) Qualificação dos técnicos e profissionais	---	
	Intervenção familiar	Aumento das respostas específicas para a família	Intervenção com as famílias (formas tradicionais + formas imaginativas)	Sensibilização dos pais face aos maus-tratos Mais tempo de convívio pais-filhos	Necessidade de trabalhar a parentalidade positiva
	Equipamentos	---	Aumento das estruturas para atividades ao ar livre	Lares para crianças Espaços de recreio e lazer Bibliotecas Escolas de música	Melhoria das instalações da CPCJ
	Sensibilização	Ações acerca das temáticas que suscitam maior necessidade de intervenção	---	“sorrir mais”	Ações de divulgação dos direitos das crianças
	Participação	Alargar o estabelecimento de parcerias e promoção do envolvimento dos agentes locais	Envolvimento das crianças na intervenção comunitária	Audição desde os 6 anos Participação na regulação das responsabilidades parentais	Aumentar as oportunidades de participação das crianças nas políticas da infância
	Públicos específicos	Intervenção com pessoas com necessidades especiais e minorias étnicas.	Intervenção com populações ciganas, i/emigrantes e pessoas com NE	Proteção crianças com NE Escolas adaptadas a NE	Melhorar o conhecimento e as práticas junto dos públicos mais específicos
	Segurança	Aumentar o conhecimento da realidade dos consumos de substâncias junto da comunidade juvenil	---	Segurança nas ruas	Melhorar a articulação entre as forças de segurança e a CPCJ no que diz respeito a

				consumos e pequenos delitos
Saúde	Consolidação das práticas existentes	---	Promoção da saúde	
Proteção social	Criação de respostas alargadas e de proximidade para a população	---	Programas de solidariedade com as crianças Não discriminação racial Medidas de proteção económica e do emprego	Criação de respostas alargadas e de proximidade para a população

Parte III – Plano
Estratégico Local para a
Promoção e Proteção
dos Direitos da Criança

Enquadramento do plano

Após um olhar reflexivo acerca da CPCJ e da realidade social das crianças e jovens do concelho de Vila Verde, baseada não apenas em dados estatísticos, mas também nas partilhas e visões de outros parceiros e das próprias crianças e jovens, podemos agora traçar um plano estratégico capaz de fazer convergir ações concertadas com a realidade aferida, no sentido de que a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens seja, de facto, uma realidade.

Num exercício coletivo, propõe-se que esse plano estratégico se balize em **eixos específicos**, concretizados através de **medidas** propostas acompanhadas da definição do seu **nível de operacionalização**.

Assim, propõe-se que este Plano assente em **seis eixos**. Serão eles os seguintes:

1. Articulação
2. Participação
3. Intervenção integrada
4. Prioridades e ênfases de intervenção
5. Formação e conhecimento
6. Questões organizacionais e financiamento

A opção por estes eixos não foi, obviamente, randómica. Surge na sequência de uma observação cuidada das informações recolhidas e conseqüente necessidade de perspetivar ações concertadas, com sentido, exequíveis e que, de facto, se constituam na materialização da proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens em Vila Verde.

Este plano parte desde logo da ideia de **articulação**. Desenha-se num espírito de que as ações fazem sentido quando são de facto articuladas com os parceiros que partilham objetivos e responsabilidades comuns. Havendo uma articulação prévia, diferentes entidades que comungam dos mesmos fins, podem propor e realizar atividades conjuntas, mobilizando recursos humanos e materiais de forma mais sensata e com maior probabilidade de sucesso.

As crianças reconhecidas enquanto cidadãos, são o cerne do eixo da **participação** deste plano. Promover reais oportunidades de elas participarem de formas diversas nos diferentes domínios das suas próprias vidas é um direito seu e que é importante espelhar-se de forma crescente nas oportunidades que lhe vão sendo proporcionadas, nas quais vão também podendo desenvolver cada vez mais competências de cidadão ativos, com capacidade de reflexão, ação e espírito crítico. Assim, poderá mesmo vir a vislumbrar-se a consideração das suas perspetivas e apontamentos nas políticas locais para a infância e juventude.

A intervenção nesta matéria, seja ao nível de situações específicas de perigo ou da prevenção e promoção dos direitos da criança em geral, será aqui uma **intervenção integrada**, não isolada, não compartimentada. Uma intervenção desta natureza, em que CPCJ, Município,

educação e instituições sociais trabalham efetivamente em conjunto, resulta numa ação mais eficaz a todos os níveis.

Um outro eixo indispensável a este plano é a identificação de **prioridades e ênfases de intervenção**. Considerando o retrato da realidade local, feito, como se viu, a partir de diferentes fontes e perspetivas de diversos atores sociais, foi possível definir em que áreas ou matérias é prioritário intervir para que se promovam de facto os direitos e a proteção das crianças e dos jovens em Vila Verde.

O sucesso deste plano não poderia também deixar de contemplar um eixo de **formação e conhecimento**, não só direcionado para a população em geral, mas também para os próprios técnicos. A promoção de momentos de informação, de formação, de reflexão, irão garantir uma permanente evolução no domínio das matérias da infância e juventude e da qualidade dos técnicos que trabalham a esse nível.

Por fim, um eixo que permite sustentar todo o Plano serão as **questões organizacionais e financiamento**. Torna-se fundamental que se definam dinâmicas de trabalho, que se melhorem práticas, que se assuma uma atitude de real compromisso, que se garantam condições de trabalho e financiamento adequado para a implementação das atividades adjacentes à sua concretização.

Embora este Plano esteja aqui pensado como um plano a longo prazo, pretende-se que seja um instrumento de avaliação e reformulação regular. A necessidade de um conhecimento cada vez mais profundo e atualizado da realidade, resultará num exercício quase contínuo de observação, avaliação e reformulação. Esta proposta define-se assim em diferentes temporalidades, nomeadamente porque irá traduzir-se em planos de atividades que farão a organização temporal dessas mesmas atividades.

Vislumbra-se ainda aqui a possibilidade de vir a ser criado um observatório externo às entidades aqui envolvidas, para proceder à própria avaliação do Plano e do seu nível de concretização, sentido e eficácia, eventualmente constituindo-se numa estrutura supramunicipal, nomeadamente na NUT Cávado, na qual o concelho de Vila Verde se enquadra.

Vejamos então agora o plano aqui desenhado, sustentado nos eixos já identificados, apontando agora para cada um as **medidas** que aqui se propõe concretizar-se e respetiva **operacionalização**.

Plano Local

Tabela 61 - Descrição do Plano Local

Eixo	Medidas	Operacionalização	Responsabilidade de execução
	- articular com a Rede Social	<p>- em sede de reunião da Rede Social, e em colaboração direta com a CPCJ, em data a definir (por exemplo, durante o primeiro semestre de cada ano) concertação das atividades a desenvolver no ano seguinte, que poderão envolver os diferentes parceiros, e que têm subjacentes ações relacionadas com a promoção dos direitos e a proteção de crianças e jovens;</p> <p>- em sede de reunião da Rede Social, partilha anual das necessidades sentidas pela CPCJ ao nível de respostas sociais locais, procurando em conjunto a criação de novas respostas inexistentes ou insuficientes, colaborando todos, dentro do possível, para a sua criação ou extensão;</p>	Representante(s) da CPCJ e Rede Social
	- articular com as escolas	<p>- inclusão prévia de atividades no âmbito da promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, com eventual colaboração direta da CPCJ, sendo estas atividades incluídas simultaneamente no plano de atividades anual da própria CPCJ;</p> <p>- articulação mensal direta entre escolas e CPCJ, através do seu representante do MEC, quer no que respeita a situações em acompanhamento, quer em relação às atividades a realizar no contexto escolar no âmbito da prevenção e proteção dos direitos da criança;</p>	Representante do MEC na CPCJ e escolas
Articulação	- articular com outros parceiros	<p>- reunião anual com outros parceiros (GNR, saúde, etc.) para planeamento atempado para a realização de ações conjuntas no âmbito da promoção e proteção das crianças e jovens;</p> <p>- reunião semestral com um grupo de convidados, que poderão constituir-se como um órgão consultivo da CPCJ, para partilhas diversas, planeamento de ações e definição de elementos responsáveis para a realização das mesmas;</p> <p>- (re)elaboração do diagnóstico social local da situação da infância, cuidado e integrado, a cada 2 anos, avaliando e redefinindo o Plano Estratégico de acordo com essa realidade;</p>	<p>Presidente da CPCJ e responsáveis dos diferentes serviços ou entidades</p> <p>CPCJ e convidados</p> <p>Definir um grupo de trabalho para liderar a sua realização e apresentação</p>

- preparação/elaboração de atividades com a Casa do Conhecimento, nomeadamente, aplicações alusivos aos direitos das crianças;

- CPCJ e Casa do Conhecimento

- realização de ações de formação/sensibilização com Presidentes de Junta de Freguesia e Párocos e outros responsáveis religiosos.

- CPCJ

Eixo	Medidas	Operacionalização	Responsabilidade de execução
Participação	- promover oportunidades reais e assíduas de participação das crianças e jovens	- criação de grupos locais de crianças e jovens (por exemplo, por freguesias) para debaterem, em grupo, o que é importante para eles e “o que fazer” em função disso, devendo estes grupos comunicar anualmente as suas conclusões à CPCJ;	- crianças e jovens e associações juvenis ou organizações semelhantes (desafio pela CPCJ)
		- criação de “clubes de cidadania” ou grupos semelhantes nas escolas e/ou outras entidades, que sejam espaços informais de discussão de ideias e desenvolvimento de competências de comunicação, preferencialmente dinamizados pelas crianças e jovens;	- crianças e jovens e escolas e/ou outras entidades (desafio pela CPCJ)
		- disponibilização às escolas de documentos diversos para trabalho e atividades com as crianças e jovens, acerca dos seus direitos: ex.: elaboração de um guião de debate sobre os direitos das crianças para os diretores de turma ou realização de um workshop;	- CPCJ e escolas
	- promover junto das crianças o conhecimento dos seus direitos	- realização de uma assembleia anual de crianças e jovens no Município e eventual comunicação das conclusões em Reunião da Assembleia Municipal e ao próprio executivo Municipal;	- escolas, Município, crianças e jovens, CPCJ (definição de um grupo de trabalho)
- elaboração de uma nova edição participada dos Direitos da Criança a cada 7 anos, envolvendo as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo, que será posteriormente distribuída a todos;		- escolas, Município, CPCJ (definição de um grupo de trabalho)	
		- proposta às rádios, folhetos, jornais, etc., escolares e da sociedade civil local, no sentido de dedicarem um “momento”, uma coluna semanal ou mensal aos Direitos da Criança e prevenção de maus tratos;	- escolas, meios de comunicação social, CPCJ (definição de um grupo de trabalho)
		- <i>Geocaching</i> dos direitos das crianças – vários pontos de Vila Verde;	- CPCJ / Casa do Conhecimento

Eixo	Medidas	Operacionalização	Responsabilidade de execução
Intervenção integrada	-intervenção participativa com o município	- intervenção articulada com o município e os seus serviços específicos, quer em ações concretas relacionadas com situações em acompanhamento pela Comissão Restrita, quer em ações genéricas no âmbito da promoção e proteção, procurando uma não sobreposição de serviços e o adequado recurso aos mesmos;	Município e CPCJ
	-intervenção participativa com a educação	- intervenção em parceria com as escolas, quer em ações concretas relacionadas com situações em acompanhamento pela Comissão Restrita, quer em ações genéricas no âmbito da promoção e proteção; - realização de ações para/com pais, com temáticas diversas, através das escolas, com participação de entidades diversas, de acordo com as temáticas a abordar;	Escolas e CPCJ Escolas, CPCJ e outras entidades
	-intervenção participativa com as instituições sociais	- intervenção concertada com diferentes parceiros sociais, de acordo com os seus diferentes serviços e valências, quer em ações concretas relacionadas com situações em acompanhamento pela Comissão Restrita, quer em ações genéricas no âmbito da promoção e proteção;	Instituições e entidades diversas e CPCJ (ex.: GNR, e dentro desta: NIAVE, Escola Segura, etc.; saúde: saúde escolar, NACJR, etc.; NLI, EMAT, etc.)

Eixo	Medidas	Operacionalização	Responsabilidade de execução
Prioridades e ênfases de intervenção	- violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> - encaminhamento para respostas específicas entretanto criadas; - ações diversas através da escola ou outras entidades (ex.: alcoolismo, violência doméstica, práticas educativas, exercício adequado da autoridade, desenvolvimento das crianças e jovens, etc.), para pais; - ações com a Associação Nacional para a Igualdade Parental, para pais e escolas; - ações com diferentes entidades sobre diferentes temáticas (segurança, estilos de vida saudáveis, autoestima, igualdade de género, respeito mútuo, cidadania, responsabilidade, etc.), para pais e filhos; - campanhas de sensibilização e divulgação sobre ideias e temáticas diversas (direitos da criança, parentalidade positiva, proteção e prevenção de maus tratos, etc.); - articulação com o plano municipal para a igualdade de género; 	CPCJ e entidades diversas (grupo(s) de trabalho)
	- e/imigração	<ul style="list-style-type: none"> - criação de um dispositivo para registo da movimentação migratória de pessoas/crianças; - articulação com as escolas no sentido da preparação e promoção de novas culturas, línguas, etc.; 	CPCJ e entidades diversas (grupo de trabalho)
	- portadores de deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - recolha e tratamento de informação relativa à situação de deficiência na infância e juventude do concelho; - definição e execução de ações concretas que possam significar uma melhoria na qualidade de vida destas crianças e jovens, numa perspetiva de inclusão social (ex. sensibilizar para edifícios adaptados às crianças e deficientes – casas de banho, fraldário, rampas de acesso); 	CPCJ e entidades diversas (grupo de trabalho)
	- urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> - revisão dos acessos e estruturas nas vias públicas, considerando as perspetivas das crianças e jovens do concelho; - revisão dos espaços e estruturas de lazer para crianças e jovens; 	CPCJ e município/juntas de freguesia (grupo de trabalho)
	- minorias étnicas	<ul style="list-style-type: none"> - ações específicas junto da comunidade cigana (esclarecimentos, espaço de dúvidas, etc.), em colaboração com entidades que lhes são próximos; 	CPCJ, entidades diversas, Projeto +Giro, comunidades ciganas

Eixo	Medidas	Operacionalização	Responsabilidade de execução
Formação e conhecimento	- qualificação da CPCJ em aquisição e produção de conhecimento científico	<ul style="list-style-type: none"> - participação bianual do Congresso Intermunicipal das CPCJ's, em colaboração com outras CPCJ's; - realização de uma oficina de formação anual para todos os membros da CPCJ (e convidados); - realização de um “retiro” anual da Comissão Restrita para autorreflexão, pontos fortes e fracos, melhorias individuais e enquanto equipa, etc.; conclusões a partilhar na C. Alargada; 	<p>CPCJ de Vila Verde e outras, e respetivos Municípios</p> <p>CPCJ</p> <p>CPCJ (comissão restrita)</p>
	- (in)formação da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - colaboração da CPCJ com uma pequena coluna no Boletim do Município, devendo ser assumida por todos os membros, alternadamente, abordando temas relacionados com a ação da CPCJ; - reedição do programa de rádio “CPCJ em sintonia”; 	<p>CPCJ e Município</p> <p>CPCJ e Rádio Voz do Neiva</p>

Eixo	Medidas	Operacionalização	Responsabilidade de execução
Questões organizacionais e financiamento	- melhorar práticas funcionais inerentes à atividade quotidiana da CPCJ	- definição de grupos de trabalho com capacidade de auto-organização, com definição de um plano de trabalho que inclua tarefas e prazos;	CPCJ
		- disponibilização de espaços e meios para o trabalho dos grupos de trabalho;	CPCJ e Município
		- melhorias na redação das atas das reuniões da Comissão Alargada de modo a que sejam mais objetivas, precisas, e reflitam de forma mais clara o conteúdo da reunião, nomeadamente, as deliberações;	CPCJ
		- garantia de instalações adequadas ao trabalho da CPCJ;	CPCJ e Município
		- revisão e eventualmente alargamento do leque de convidados para as reuniões ordinárias da C. Alargada;	CPCJ
		- revisão das dinâmicas das reuniões da Comissão Alargada de modo a que todos participem efetivamente;	CPCJ
		- criação de momentos de reflexão acerca de temáticas específicas;	CPCJ
		- criação de instrumentos de avaliação das atividades (ex. plano estratégico) e de acolhimento de novos membros;	CPCJ
- prever com a antecedência necessária as necessidades orçamentais para a realização das diferentes atividades	- definição do Plano Anual de Atividades da CPCJ até setembro do ano anterior ao da sua implementação, para que possa ser devidamente salvaguardado no orçamento do Município.	CPCJ	

ANEXOS

Anexo I

Guião Assembleia de Crianças e Jovens – 27 de maio de 2015

Antes do início da Assembleia, a presidente da CPCJ dá as boas vindas.

1º - A aluna [REDACTED], da EPATV, Presidente da mesa da Assembleia:

- dá as boas vindas; apresenta-se; apresenta a mesa, referindo que é constituída por representantes das escolas de Vila Verde; (cada elemento da mesa diz o nome, o Agrupamento/escola, o ano de escolaridade, a idade...)

- contextualiza o evento (explica o motivo da reunião; resume a informação nuclear sobre a CPCJ e sua função; regras inerentes à participação dos elementos da assembleia – pedir a palavra, levantando o braço; aguardar a sua vez; manter silêncio enquanto alguém está a falar...);

- informa que podem ter acesso ao microfone.

2º- O aluno [REDACTED], representante do Agrupamento de Escolas de Vila Verde introduz o vídeo, colocando os audiovisuais a funcionar.

3º – Visualização do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ClxvY1ej-N4> (4 minutos) – “Prevenir com a Comunidade - Direitos das crianças - CPCJ Sines”.

4º – Os alunos [REDACTED], e [REDACTED], representantes do Agrupamento de Escolas de Prado apresentam a questão-chave: **“Estão criadas, em Vila Verde, as condições necessárias para que as crianças sejam felizes?”** (o 1º, falando com as crianças mais crescidas) o 2º reformula a questão, adaptando-a à linguagem das crianças mais novas – **“ E vocês, os mais pequeninos, são felizes, em Vila Verde?”**.

5º - Debate - [REDACTED] (Prado), [REDACTED] (Moure) e [REDACTED] (Vila Verde) vão registar os pedidos de intervenção da assembleia, dando a palavra, por ordem de solicitação.

[REDACTED] (Prado) vai anotando os pontos chave das intervenções e vai fazendo o ponto da situação, quando considerar oportuno, lembrando a questão chave colocada no início; faz a síntese das mesmas; pode e deve ser auxiliado pelos outros elementos.

6º Conclusão: Presidente da mesa, resume a sessão e passa ao vídeo de fecho da sessão: <https://www.youtube.com/watch?v=BWf-eARnf6U> - (6 minutos e 23 seg.) - “Heal the world” – Michael Jackson

Local: Salão Nobre do Município

Duração da Assembleia: cerca de 2h

Início: 14.30h

Propostas reunidas

1ª ronda: (Tirase-chave: Estão reunidas, em Vila Verde, todas as condições necessárias para que as crianças sejam felizes?)

- 1- As crianças com menos de dez/doze anos também têm direito a saber o que se passa com a sua vida e a dar a sua opinião. (boa medida)
- 2- Deve haver mais segurança na rua devido aos rapto. (boa opinião, mas não é apresentada uma medida concreta).
- 3- As crianças sem família devem ser adotadas. (boa opinião, mas não é apresentada uma medida concreta)
- 4- As crianças devem falar quando são vítimas de bullying, pois essa situação pode piorar se a criança não desabafar com os pais, professores ou polícia. (boa opinião, apesar de não ter sido apresentada uma medida para combater o bullying)
- 5- As crianças devem viver a vida e não serem maltratadas. (boa opinião, mas não foi apresentada uma medida).
- 6- Deve haver mais segurança na rua. (repetida) = (2).
- 7- Prestar um maior auxílio às crianças/adultos com deficiências físicas e/ou mentais. (boa opinião, apesar de não ter sido apresentada nenhuma medida).
- 8- Direito à saúde; as crianças, muitas vezes, podem ser tratadas, enquanto os seus doenças; e morrerem, uma vez que não são devidamente tratadas. (boa opinião, apesar de não ter sido apresentada nenhuma medida).
- 9- As pessoas devem sorrir mais e tornar a freguesia num local mais alegre. — (foge ao âmbito da reunião)
- 10- Crianças com deficiências físicas ou mentais devem ter os mesmos direitos de todos os outros, não sendo diferenciados pelo simples facto de necessitarem de condições especiais. (boa medida)
- 11- Os filhos devem ser retirados aos pais quando são vítimas de maus tratos. (boa opinião, apesar de o proposto já se verifique nos dias de hoje).
- 12- Construir mais espaços de recreio em Vila Verde, para as crianças brincarem. (boa medida)

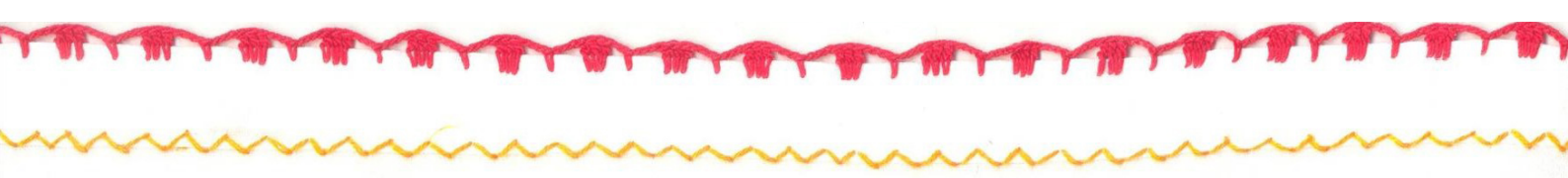
- 13- Construir mais centros de acolhimento. (boa medida)
- 14- Abranger espaços para as crianças com necessidades especiais. (boa medida)
- 15- Evitar a poluição, para a saúde das crianças não ser prejudicada deste modo. (boa opinião, apesar de não haver nenhuma medida de modo a ser combatida a poluição)
- 16- Priorizar mais hospitais públicos em Vila Verde. (boa opinião, apesar de não ser necessário e fugir ao âmbito da reunião)
- 17- As pessoas de Vila Verde devem ser mais simpáticas umas com as outras. — (foge ao âmbito da reunião)
- 18- Os preços deviam baixar. (foge ao âmbito da reunião)
- 19- Todas as crianças devem ter o direito à alimentação. (boa opinião, apesar de não ter sido apresentada nenhuma medida concreta)
- 20- Todos devemos dizer "não" ao racismo e aceitar o próximo independentemente da sua raça. (muito boa opinião, apesar de não ter sido apresentada nenhuma medida concreta).

Ponto da situação: Nesta primeira ronda de propostas, os assuntos mais abordados foram os direitos das crianças e o direito à igualdade entre as crianças, independentemente da sua raça e problemas físicos e/ou mentais. Outro tema menos falado mas também de algum destaque nesta ronda inicial foi a construção de espaços para as crianças.

2ª ronda: (Frase-chave: Se mandassem em Vila Verde, o que farias ou que medidas tomarias para que todas as crianças se sentissem melhor?)

- 1- Construção de mais centros de acolhimento. (repetida) = 13 da ronda 1)
- 2- Deviam haver mais famílias em Vila Verde. (boa opinião, mas não há medidas concretas para combater a falta de famílias).
- 3- Todas as crianças deviam ter comida. (boa opinião, apesar de não

- ter sido apresentada nenhuma medida concreta).
- 4- Deviam haver mais centros de emprego (foge ao âmbito da reunião)
 - 5- Mais câmaras de vigilância para segurança das pessoas (boa medida)
 - 6- ajudar crianças sem abrigo com comida e roupas. (boa medida)
 - 7- Mais centros de emprego perto de casa (foge ao âmbito da reunião).
 - 8- Criação de mais escolas de música (medida a ponderar)
 - 9- Guardar comida para as crianças pobres, sem desperdício (boa medida).
 - 10- Evitar algumas publicidades na televisão que são uma má influência para as crianças. (medida a ponderar).
 - 11- Haver mais atividades de solidariedade em Vila Verde. (boa medida)
 - 12- Deve haver menos pedras grandes, para as crianças não se magoarem. — (foge do âmbito da reunião).
 - 13- Todas as crianças têm o direito à habitação (boa opinião, mas não foi apresentada nenhuma medida concreta).
 - 14- As situações de violência doméstica devem ser levadas a tribunal (boa opinião, mas essas situações já são levadas a tribunal).
 - 15- As crianças devem escolher com quem ficam. (medida a ponderar)
 - 16- As crianças devem bater em quem lhes bate. —
 - 17- Criação de mais bibliotecas para as crianças estudarem. (boa medida).
 - 18- Criação de mais escolas (medida a ponderar)
 - 19- Doações a crianças pobres (boa medida)
 - 20- Criação de escolas especializadas para crianças com deficiências (boa medida)
 - 21- As crianças devem respeitar quem as respeita (boa opinião, mas foge do âmbito da reunião).
 - 22- As crianças são o futuro ^{presente} (boa opinião, mas foge do âmbito da reunião).
 - 23- Direitos iguais para todos (repetido)
 - 24- Mais locais de lazer para as crianças (boa medida)
 - 25- Devem haver mais catequistas (foge do âmbito da reunião).
 - 26- Contra o bullying (repetido).
 - 27- As crianças devem ter o direito à liberdade (boa opinião, mas não foram apresentadas medidas concretas).



Novembro de 2015

